



# ESPAÇOS E PODERES NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

**Amélia Aguiar Andrade  
Catarina Tente  
Gonçalo Melo da Silva  
Sara Prata, eds.**





ESPAÇOS E PODERES  
NA EUROPA URBANA  
MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 18



ESPAÇOS E PODERES  
NA EUROPA URBANA  
MEDIEVAL

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE  
CATARINA TENTE  
GONÇALO MELO DA SILVA  
SARA PRATA  
*Editores*

Textos seleccionados das II Jornadas Internacionais de Idade Média “Espaços e poderes na Europa urbana medieval” (Castelo de Vide, 5 a 7 de Outubro de 2017) e textos apresentados pela maioria dos docentes da Escola de Outono “Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, 2 a 3 de Outubro de 2017).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)  
Alberto García Porras (Universidade de Granada)  
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)  
Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)  
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)  
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)  
Filipa Roldão (Universidade de Coimbra)  
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)  
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)  
Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)  
José Avelino Gutiérrez González (Universidade de Oviedo)  
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)  
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)  
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	<b>Espaços e poderes na Europa urbana medieval</b>
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Castelo de Vide”, António Manso / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Colecção	Estudos 18
ISBN	978-989-99567-8-0 (IEM)   978-972-9040-15-3 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	XXXXXX/18
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

# Índice

**Nota de abertura** ..... 11  
*António Pita*

**Apresentação** ..... 13  
*Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata*

## PARTE I

***Reflexões em Torno de Metodologias e Fontes*** ..... 17

**La fabrique de l'espace de la ville. Quelques renouvellements des approches heuristiques et méthodologiques** ..... 19  
*Denis Menjot*

**História do Urbanismo: investigação, fontes e instrumentos** ..... 39  
*Luísa Trindade*

**Fuentes de informacion para el estudio de los espacios urbanos** ..... 79  
*Beatriz Arízaga Bolumburu*

**Sinais multiformes de identidade os arquivos familiares de elites urbanas medievais** ..... 101  
*Alice Borges Gago*

**Un planteamiento inicial para el estudio de las alcaicerías en ciudades secundarias del Reino Nazarí. El caso de Guadix y Baza** ..... 129  
*María del Carmen Jiménez Roldán*

## PARTE II

***Marcas de Poder no Espaço Urbano*** ..... 149

**La Madinat-al-Hamra como un espacio del poder en Granada** ..... 151  
*Antonio Malpica Cuello*

**Pouvoirs dans l'espace urbain et espaces des pouvoirs urbains à Bordeaux (XIII<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)** ..... 171  
*Michel Bochaca*

<b>La fabrique urbaine d'une petite ville médiévale par l'effet de l'interaction des pouvoirs : le cas de Billom.....</b>	<b>187</b>
<i>Thomas Areal</i>	
<b>Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português .....</b>	<b>209</b>
<i>Miguel Metelo de Seixas</i>	
<b>Sinais multiformes de identidade: muitas dúvidas e algumas hipóteses em torno das sepulturas monumentais das elites urbanas na Lisboa do século XIV .....</b>	<b>231</b>
<i>Carla Varela Fernandes</i>	
<b>Poder e arquitetura urbana: a casa-torre no Porto Medieval .....</b>	<b>253</b>
<i>Silvana R. Vieira de Sousa</i>	
<b>PARTE III</b>	
<b><i>Intervenções dos Poderes no Espaço Urbano.....</i></b>	<b>265</b>
<b>Las transformaciones del espacio urbano. Ciudades y villas de la Castilla bajomedieval.....</b>	<b>267</b>
<i>María Asenjo González</i>	
<b>Laisser des traces. empreintes du pouvoir dans l'espace urbain du Saint Empire Romain à la fin du Moyen Âge .....</b>	<b>311</b>
<i>Gisela Naegle</i>	
<b>Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise.....</b>	<b>337</b>
<i>Arnaldo Sousa Melo</i>	
<b>O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga.....</b>	<b>359</b>
<i>Maria do Carmo Ribeiro</i>	
<b>Las políticas de los concejos portuarios para garantizar el abastecimiento en el Norte de la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. Estudio del caso de Laredo (España).....</b>	<b>381</b>
<i>Javier Añibarro Rodríguez</i>	
<b>Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385).....</b>	<b>397</b>
<i>Maria Amélia Álvaro de Campos</i>	



<b>Confronto político e ideologias de poder em Braga na Baixa Idade Média: Rebelião, coerção e obediência no último quartel do século XV</b> .....	421
<i>Raquel de Oliveira Martins</i>	
<b>O poder do tabelionato e da escrita na Lisboa dos séculos XIV e XV</b> .....	441
<i>Ana Pereira Ferreira</i>	
<b>A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI)</b> .....	465
<i>Mário Farelo</i>	
PARTE IV	
<b><i>Perspectivas desde a Arqueologia</i></b> .....	493
<b>A “cerca velha” de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas</b> .....	495
<i>Nuno Mota, Marina Carvalhinhos, Pedro Miranda</i>	
<b>Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna</b> .....	521
<i>Ana Caessa, Cristina Nozes, Nuno Mota</i>	
<b>Muralha, Tercenas e Judiaria. Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa</b> .....	537
<i>Artur Rocha</i>	
<b>O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV</b> .....	553
<i>Rodrigo Banha da Silva</i>	
<b>“Um poder do outro mundo”: o demónio da Casa da Severa, Lisboa</b> .....	571
<i>António Marques, Tânia Manuel Casimiro</i>	
<b>Recentes descobertas em Mértola. Breve notícia</b> .....	589
<i>Virgílio Lopes</i>	
<b>Símbolos e marcas rupestres nas ombreiras e lintéis de portais do Centro Histórico de Castelo de Vide: Contributos para a sua interpretação</b> .....	599
<i>Sílvia Ricardo, João Magusto</i>	
<b>O Castelo de Alcácer do Sal. Da fortificação islâmica às transformações ocorridas durante o domínio cristão</b> .....	617
<i>Marta Isabel Caetano Leitão</i>	



## *Nota de Abertura*

As mais antigas referências historiográficas medievais acerca de Castelo de Vide assinalam a sua inclusão nos jogos do poder monárquico. D. Afonso III entrega Portalegre, Arronches, Marvão e a povoação que acabará por denominar-se Castelo de Vide ao seu filho D. Afonso Sanches. A ascensão ao trono de D. Dinis levará à reclamação do seu irmão Afonso Sanches de supostos direitos sobre o mesmo. A resposta do rei será o cerco da povoação de Vide, perante obras de fortificação levadas a cabo por seu irmão, manifestação do seu crescente poder, pela concentração de povoações e territórios nas imediações da Serra de São Mamede. O espaço castelo-vidense permanecerá em mãos de Afonso Sanches até à sua morte, sendo posteriormente objecto de significativas iniciativas desde o poder régio, tanto de D. Dinis como de D. Afonso IV, que reforçam a sua importância militar e socioeconómica. A proximidade com a fronteira castelhana levará, paralelamente, ao desenvolvimento da sua espectacular arquitectura defensiva e a articulação entre a coroa e os seus poderes – civis e religiosos – que, localmente, gerem este território, a sua economia e as suas gentes durante os séculos seguintes.

Este episódio e os eventos subsequentes põem de relevo o papel que a localidade de Castelo de Vide desempenhou neste jogo de forças, como espaço de expressão e consolidação de poderes.

Actualmente, Castelo de Vide é um município que procura preservar e divulgar o seu passado histórico, fortalecendo uma oferta turística baseada no património local, a par com um apoio crescente à investigação científica.

Neste contexto, foi com enorme prazer que a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais organizaram as *II Jornadas Internacionais de Idade Média – Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. O sucesso de duas edições consecutivas reflecte um evento que já ganhou o seu lugar na agenda dos medievalistas europeus e cuja relevância se consolida no programa cultural do município.

A edição de 2017 trouxe também a realização de uma *Escola de Outono*, onde alunos de mestrado e de doutoramento em estudos medievais participaram numa formação ministrada por investigadores provenientes de prestigiadas universidades. Ao acolher especialistas de diferentes contextos e gerações, Castelo de Vide assume-se como uma plataforma de reflexão e debate, fomentando a produção de conhecimento especializado sobre a Europa Medieval.

O presente volume expressa essa mesma vontade, reunindo uma selecção dos textos apresentados nas *II Jornadas* e na *Escola de Outono*, com o intuito de conferir um maior impacto e perenidade a estes dois eventos académicos. Esta publicação, apoiada pela Câmara Municipal, constitui-se como uma obra de referência e consulta obrigatória para a investigação actual sobre a Idade Média, a partir das dinâmicas dos espaços urbanos europeus.

A qualidade dos resultados obtidos são também fruto da união de esforços entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais, e ambas instituições merecem congratular-se por conformarem um exemplo louvável de colaboração entre o poder local e o âmbito académico, e que certamente continuará a garantir o sucesso de futuras edições.

Deste modo Castelo de Vide acredita que apoiando este tipo de iniciativas científicas alicerça a base dos conteúdos do futuro.

*António Pita*

*Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide*

## Apresentação

Muitas iniciativas em torno da História Medieval conhecem uma primeira edição sem continuidade, devido a circunstâncias diversas que nem sempre dependeram da vontade dos seus organizadores. Não aconteceu assim com as *Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo de Vide*, cuja realização se iniciou em 2016. No ano seguinte, associou-se a esta atividade uma *Escola de Outono* destinada a estudantes de mestrado e doutoramento em Idade Média, que glosou o mesmo tema das *Jornadas: Espaços e poderes na Europa Urbana medieval*.

Entusiasticamente apoiadas pela Câmara Municipal de Castelo de Vide, estas iniciativas assumiam-se como um contributo importante para a continuidade do protagonismo atribuído, na NOVA FCSH, desde os anos 80 do século passado, à investigação sobre a cidade medieval. Uma linha que o Instituto de Estudos Medievais (IEM) fez também sua desde a sua fundação em 2002, procurando, no entanto, conferir-lhe uma perspetiva mais interdisciplinar através da presença da Arqueologia, da Literatura, do Direito, entre outros ramos do saber.

No momento em que esta obra vai conhecer a sua divulgação pública já decorreu a segunda *Escola de Outono* e estão iniciadas as *3<sup>as</sup> Jornadas*. Tornou-se assim possível juntar numa profícua e dinâmica semana de trabalho, em Castelo de Vide, jovens investigadores, especialistas de referência e público em geral, em torno de temáticas de estudo da cidade medieval, promovendo uma aliança entre a investigação, a formação e a divulgação.

Mas, a riqueza dessas atividades só pode ganhar outra expressão e continuidade quando chega aos que não estiveram nelas presentes. Tal só se torna possível através da publicação dos textos apresentados e discutidos. O livro que agora se coloca à disposição do público pretende cumprir esse objetivo. Trata-se da publicação de uma seleção dos textos apresentados na *Escola de Outono: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, e nas 2<sup>as</sup> *Jornadas Internacionais de Idade Média: Espaços e Poderes na Europa Urbana medieval*, depois de serem alvo de uma dupla avaliação por pares.

Assim, reúnem-se 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia e o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspectivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das *Jornadas*, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Daí que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou até mesmo, inédito. Mas, esta diversidade de perspectivas e problemáticas, de fontes e conseqüentemente de metodologias, tornam difícil encontrar um só fio condutor para esta panóplia de estudos.

Porém, tornou-se claro que, sobretudo da *Escola de Outono* resultaram textos mais preocupados com a reflexão teórica em torno de conceitos de espaço e do seu uso, uma vez que nesta temática, os limiares entre História Urbana e História do Urbanismo mutuamente se influenciam. E tendo a *Escola* objetivos de formação de estudantes de mestrado e doutoramento, era fundamental promover a análise crítica das metodologias a utilizar perante fontes tão diversas como são as que permitem a aproximação aos estudos da relação entre o poder e o espaço. Uns e outros integram a parte I deste volume denominada *Reflexões em torno de metodologias e fontes*.

As partes II e III qualificadas respetivamente de *Marcas de poder no espaço urbano* e *Intervenções dos poderes no espaço urbano* estão profundamente interligadas

e, de certo modo, completam-se pois, se por um lado se pretende desvendar os distintos aspetos da materialização dos poderes nos contextos urbanos por outro, os autores preocuparam-se em esclarecer de que forma os distintos poderes em presença usaram esse mesmo poder para garantir intervenções sobre os espaços urbanos e as suas vivências bem como tal influenciou a utilização desse mesmo espaço pelas sociedades urbanas.

A IV e última parte é reveladora da importância que a arqueologia urbana medieval adquiriu em Portugal, em anos mais recentes. Intitulada *Perspetivas desde a Arqueologia*, reúne um conjunto de estudos nos quais é evidente o cruzar dos resultados do trabalho arqueológico com a análise documental. Os casos de Lisboa e de Castelo de Vide localidades que, por vicissitudes várias perderam parte da sua memória medieval – Lisboa perdeu a quase totalidade do edificado e da tessitura medieval e, Castelo de Vide sofre de uma muito escassa disponibilidade de documentação medieval – revelam que a arqueologia se pode revelar fundamental para a recuperação e compreensão dos espaços medievais.

No seu conjunto, esta obra disponibiliza aos leitores muito conhecimento novo, muitas pistas de investigação e salienta a importância das perspetivas comparativas e interdisciplinares para melhor caracterizar a articulação entre o espaço e o poder na cidade medieval europeia. Contudo, a cidade medieval é um tema verdadeiramente inesgotável, assumindo um amplo conjunto de temáticas, perspetivas e metodologias, pelo que muitas outras muitas outras poderiam ter sido as temáticas tratadas, as perspetivas seguidas, as metodologias propostas.

Infelizmente, esta obra não permite registar a riqueza dos debates que animaram todas as sessões das *Jornadas* e todas as lições da *Escola de Outono*. Temos a certeza que essas trocas de impressões, essas sugestões, essas críticas e esses comentários foram muito importantes para todos os participantes e constituíram, por certo, importantes achegas para outras investigações. Esse é afinal um dos principais objetivos destas *Jornadas* e desta *Escola de Outono*: contribuir para mais e melhor investigação sobre a cidade medieval.

\*

Os editores queriam ainda deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média*, *Escola de Outono* e publicação desta obra – um êxito, garantindo ainda a sua continuidade no tempo. Na pessoa do seu Presidente Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide o apoio incondicional a todas as nossas propostas que permitiu garantir a

sua realização e assegurar financeiramente esta publicação. Através da Dr.<sup>a</sup> Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide a concretização, com muita descrição, mas sempre com a maior competência, dos pequenos e grandes detalhes que garantem o sucesso de um evento. Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.<sup>a</sup> Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, esta última através do trabalho do Dr. Ricardo Naito no design e composição deste volume. A quantos participaram na *Escola de Outono* e nas *Jornadas* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos desta obra queremos deixar o nosso obrigado pois, na verdade, é com o seu contributo que se está a implantar um fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que esperamos venha a ter continuidade por muitos e frutuosos anos. E por fim, aos habitantes de Castelo de Vide, a sua hospitalidade especial e generosa tem sido um elemento fundamental no sucesso de todas estas iniciativas.

Lisboa, Setembro de 2018.

*Amélia Aguiar Andrade*  
*Catarina Tente*  
*Gonçalo Melo da Silva*  
*Sara Prata*



# História do Urbanismo: *investigação, fontes e instrumentos*

*Luísa Trindade<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Este texto tem por objetivo sistematizar e refletir sobre os principais tipos de fontes e instrumentos de análise disponíveis na área científica da História do Urbanismo. Vincando o seu carácter essencialmente prático, recorre-se a conjunto alargado de casos concretos, capazes de exemplificar de forma clara os diferentes temas em debate. Em função de uma maior proximidade investigativa, os exemplos usados inscrevem-se maioritariamente no período que abarca os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna, ainda que as conclusões apuradas sejam válidas para muitas outras temporalidades.

## **Palavras-chave**

História do urbanismo; cidade; fontes; ferramentas de investigação.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra | CES.

## History of Urbanism: research, data and instruments.

### Abstract

This text aims to systematize and reflect on the main sources and research tools available within the scientific field of History of urbanism. Emphasizing its practical nature the analysis is based on a broad set of concrete cases, able to clearly exemplify the different topics in focus. Due to particular research proximity, the examples used are mainly inscribed in a time span from the late Middle Ages to the early Modern Age, although the conclusions are valid for many other temporalities.

### Keywords

History of urbanism; city; sources; research tools.

## 1. Fontes: tipos, potencial e limitações.

São múltiplas e de diferente natureza as fontes essenciais ao estudo da génese e evolução do espaço urbano<sup>2</sup>. Mas, previamente ao seu elenco, importa destacar como a sua utilização obriga não apenas à crítica exaustiva dirigida a cada uma delas, como também ao seu cruzamento e confronto sistemático. Acresce que todas, sem exceção, têm de ser acareadas com o objeto propriamente dito – a cidade atual – fazendo do trabalho de campo e da análise direta uma prioridade metodológica, como veremos no final deste capítulo.

---

<sup>2</sup> Entre a bibliografia disponível, veja-se, ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantabria, 2002; BETRAN ABADÍA, Ramón – “Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad”. In *Aragón en la Edad Media. Paisajes rurales y paisajes urbanos: Métodos de análisis en Historia Medieval. III Seminario de Historia Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1994, pp. 123-156; PASSINI, Jean – “El medio urbano como informador arqueológico medieval”. In *III Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Gobierno de la Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1993, pp. 89-102; PINTO, Sandra – *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Coimbra: Darq. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de mestrado; ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”. *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Nº1 (2005). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 70-109.

Todavia, a própria natureza da cidade determina o uso em paralelo e de forma permanente de um conjunto de representações do próprio objeto que, por isso, funcionam neste âmbito disciplinar, simultaneamente como fontes e ferramentas da análise. É este um imperativo que decorre da multiplicidade de problemas que se colocam à análise da cidade. Vejamos alguns dos principais.

De escala, em primeiro lugar, pela dificuldade em abarcar o todo da materialidade urbana, mesmo que se trate apenas de um sector de cidade. Não o podemos ver num único relance, não o podemos rodear, tão pouco manusear, abarcar ou conter, como fazemos a tantos outros objetos. Pelo contrário. É ele que nos abarca e contém. A relação que o corpo humano estabelece com o objecto urbanístico aproxima-se da que temos com a arquitetura mas exponencia-a, claro (Fig. 1).



**Fig. 1** – A escala urbana e as dificuldades de percepção da cidade enquanto objeto de estudo (à esquerda, fotografia de maquete de Los Angeles, 1941, Coleção Tom Zimmerman; à direita, fotografia de Nicholas Sack, *Lost in the City*. London: Hoxton Mini Press, 2015).

Acresce o processo de transformação contínuo a que a cidade está sujeita. Com efeito, à exceção de núcleos abandonados e por isso estagnados no tempo (musealizados ou não), a cidade que estudamos, qualquer que seja o foco cronológico (antiga, medieval ou moderna), é sempre, na prática, contemporânea, no sentido em que está sujeita aos usos da contemporaneidade. Não se trata com efeito de um objeto estático e imutável. Milhares de ações simultâneas, de maior ou menor escala, com mais ou menos impacto, de âmbito público ou privado, fazem da cidade uma realidade em permanente movimento. Objeto de estudo para uns, ela é essencialmente o espaço de vivência quotidiana de milhares de habitantes que são inevitavelmente agentes de transformação.

É este uso da cidade na contemporaneidade que faz com que o que resta de outras épocas não pertença nunca apenas ao passado: na cidade, o passado é sempre ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma

e se mantém em atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação ao seu passado. E se isso acontece é porque na cidade, ao contrário do que se tornou comum dizer, o património não surge apenas ou essencialmente como um palimpsesto, apagado e reescrito, ou numa sucessão estratigráfica em que as ocupações mais recentes se sobrepõem sistematicamente às mais remotas. Ele evolui e acumula-se em hipertexto<sup>3</sup>, configurando uma trama em que, aqui e ali, como palavras a azul num texto *on line*, podem constituir duas narrativas distintas: uma que se desenrola num mesmo tempo e num mesmo lugar, a cidade do século XXI, outra que, através da ativação de *links* (um monumento, uma ruína) nos transporta para outros tempos e realidades. O que justifica as diferentes percepções do objeto urbano: se para uns pode ser (também) testemunho do passado, para outros, em maior ou menor grau, é (apenas) matéria do presente, sujeita a toda a pressão e transitoriedade do quotidiano. Por isso, onde alguns veem um documento histórico que querem a todo o custo resgatar à ação destrutiva dos homens e do tempo, estudando-os, patrimonializando-os e, por essa via, prolongar-lhes a vida, outros veem apenas objetos velhos e desatualizados, cuja substituição é inexorável.

A escala, a mutação permanente ou o acumular de tempos vários no presente, o número de atores e autores<sup>4</sup> são apenas algumas das razões que tornam a cidade complexa. Por estas e outras razões, um historiador do urbanismo tem sempre na sua mesa de trabalho um conjunto de diferentes métodos de representação, abstrações da realidade, que, o ajudam a “dominar” o seu objeto de estudo.

Começamos por uma das mais relevantes: os levantamentos topográficos e cadastrais. Associam à topografia<sup>5</sup> o cadastro que, de acordo com a própria significação do termo (do grego “*linha por linha*”), é a transcrição gráfica detalhada e rigorosa de toda a propriedade, tal como se encontrava no momento em que foram elaborados: registam a localização, configuração e área de toda a construção e, pelo confronto entre espaços e massas (cheios e vazios do solo), os espaços de uso e domínio público. A importância do parcelário enquanto fonte é particularmente importante por este ser, entre os elementos urbanos, o que apresenta maior persistência no tempo. Com efeito, o desfazamento cronológico na transmissão da propriedade e transformação dos edifícios faz com que, nos

<sup>3</sup> ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *Fomos condenados à Cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 69.

<sup>4</sup> ROSSA, Walter – “História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade”. *História* 27 (2000), p. 43.

<sup>5</sup> Da evidente importância da topografia, chama-se apenas a atenção para o registo das curvas no processo de compreensão de toda a estratégia do assentamento urbano. Nem sempre, porém, os estudos de História do Urbanismo o contemplam.

seus traços gerais e mais até do que a rede viária ou a própria topografia, registre o tempo longo e permita recuar no processo de estruturação urbana<sup>6</sup>. O cadastro é também crucial na identificação de unidades morfológicas cuja homogeneidade indicia uma instalação conjunta num dado momento e torna evidentes cicatrizes deixadas por acidentes naturais (ribeiras, taludes) ou equipamentos (muralhas, por exemplo) entretanto obliterados, etc.

Dos primeiros levantamentos com indicação do cadastro – realizados com rigor científico no decurso do século XIX<sup>7</sup> – aos mais recentes métodos aerofotogramétricos<sup>8</sup>, os levantamentos cadastrais desempenham, no âmbito disciplinar da história do urbanismo, um papel idêntico ao que o documento escrito tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “*decifrar e transcrever*”<sup>9</sup>. Na realidade, o teor da informação que fornecem é único, não podendo ser substituído por qualquer outro tipo de fonte. Para determinados níveis da análise morfológica, como a determinação dos sistemas compositivos e proporcionais das parcelas originais, os levantamentos cadastrais constituem, em rigor, o único recurso possível.

Paralelamente, e com pontos de contacto ao nível da informação veiculada, o investigador dispõe da fotografia aérea que, pela facilidade de acesso, atualização e volume de informação que comporta<sup>10</sup>, constitui uma ferramenta insubstituível, especialmente no caso de ortofotomapas. Embora aparentemente idênticos, diferem entre si no rigor e, por isso, no potencial de utilização: o ortofotomapa distingue-se da simples fotografia aérea por ser uma imagem capturada na vertical permitindo, a partir de uma coordenada central, retificar qualquer distorção. Reúne, por isso, as vantagens da fotografia aérea às da cartografia convencional, já que, podendo ser interpretado como uma fotografia, apresenta uma escala

<sup>6</sup> Trata-se da famosa “lei da persistência do plano” formulada por P. Lavedan (embora tradicionalmente atribuída pela historiografia a Marcel Poete que, na realidade, se limitou a vincular a regularidade de algumas cidades francesas a uma anterior implantação romana. POETE, Marcel – *Introduction à l’Urbanisme. L’évolution des villes. La leçon de l’Antiquité*. Paris, 1929, p. 21; LAVEDAN, Pierre – *Qu’est-ce que l’urbanisme? Introduction à l’histoire de l’urbanisme*. Paris: Hemi Laurens, 1926, p. 91.

<sup>7</sup> Estes levantamentos cobriram um número restrito de núcleos urbanos, caso de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Viana do Castelo. Veja-se, a título de exemplo, a obra *ATLAS da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direção de Filipe Folque (1856-1858)*. Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.

<sup>8</sup> Refira-se a intensa evolução tecnológica registada nas últimas décadas ao nível dos métodos utilizados, desde o levantamento topográfico electrónico ao levantamento taqueométrico e sobre ortofotos.

<sup>9</sup> PASSINI, J. – “El medio urbano como informador arqueológico...”, p. 91.

<sup>10</sup> Uma consulta rápida aos sites do SNIG – Sistema Nacional de Informação Geográfica e Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) permite uma visão global do conjunto de materiais disponíveis para a análise do tecido urbano de que são exemplo Orto-fotografias digitais de Portugal Continental, fotografia aérea digital em formato raster ou vetorial ou a Informação Matricial (modelos digitais do terreno). Menos rigorosos mas muito práticos, são os programas acessíveis em linha a qualquer utilizador, como o *Google Earth* e o *Google Maps*. Um e outro permitem uma visão detalhada da paisagem urbana, disponibilizando igualmente vistas 3D e a chamada *street View*. O segundo possibilita igualmente a observação alternada de mapas e fotografia de satélite.

constante o que permite a medição direta de ângulos, distâncias e áreas. Por outro lado, comparativamente à informação veiculada pelos levantamentos cadastrais, permite uma compreensão mais imediata da realidade, principalmente quando se trata de fotografia a cores ou a falsa cor, uma vez que a separação dos temas ou dos objetos nelas contidos é mais fácil e rápida. Acresce ainda a forma como reproduz a superfície a três dimensões. Com conhecimentos mínimos de fotointerpretação, consegue-se uma percepção quase imediata do suporte natural, dos usos do terreno, dos cheios e vazios e dos volumes construídos<sup>11</sup>. De grande interesse para a história do urbanismo português são as coberturas aerofotográficas realizadas entre 1937 e 1960 e disponibilizados pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE). Embora a sua escala não seja indicada para estudos de morfologia, fixaram o aspeto (a mancha, a extensão, a forma geral) das cidades portuguesas antes da construção das grandes infraestruturas territoriais e do crescimento explosivo registado a partir dos anos sessenta, denunciando situações por vezes mais próximas dos séculos XV e XVI do que da atualidade<sup>12</sup>.

Se da fotografia aérea passarmos à fotografia em geral, a ideia de chamar a atenção para a sua importância no estudo da cidade é quase redundante, desde logo pelo volume imenso de imagens que, sobretudo a partir do século XX, disponibiliza. São inúmeras as coleções existentes em arquivos e bibliotecas, públicas e privadas<sup>13</sup>. São incontáveis as que existem em linha, à distância de um clique, colecionadas e divulgadas por milhares de pessoas anónimas e que retratam espaços e recantos urbanos há muito desaparecidos ou profundamente transformados. As mais antigas são preciosas e, no seu cotejo com a atualidade, ganha particular relevo a compreensão do ambiente urbano: os imóveis podem ser praticamente os mesmos, a estrutura do espaço público também, mas a imagem global do espaço, decorrente dos diferentes tratamentos/usos, revela-nos

<sup>11</sup> Sobre a importância e metodologia da aplicação da teledeteção aérea para o estudo das formas urbanas veja-se MANTAS, Vasco – Teledeteção, cidade e território: Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. I, 3ª Série, 1996, pp. 5-30.

<sup>12</sup> Trata-se dos registos feitos pelos voos de 1937-52 (SPLAL), 1947 (RAF) e 1958-60 (USAF). [www.igeo.pt/downloads/file118\\_pt.pdf](http://www.igeo.pt/downloads/file118_pt.pdf) [28.06.2018]. Do primeiro voo, realizado pela Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Limitada (SPLAL), existem cerca de 40.000 fotografias. MARQUES, António Manuel Guerreiro; REDWEIK, Paula – “Recuperação radio-geométrica e catalogação digital de coberturas aéreas antigas da zona de Lisboa”. *Boletim do IGeoE* n.º 72, (Novembro 2010), pp. 16-21. Do voo RAF47 obtido pela British Royal Air Force e cobrindo a totalidade do país, existem 12.000 fotografias à escala 1/30000. ROQUE, Dora; REDWEIK, Paula – “Recuperação da cobertura aérea nacional RAF47”. *Boletim do IGeoE*. 72 (Novembro 2010), pp. 16-21.

<sup>13</sup> Não sendo este o local para as listar, deixam-se apenas alguns exemplos de coleções com interesse para o estudo da cidade em Portugal, hoje praticamente todas disponíveis em linha: Carlos Relvas (Câmara Municipal da Golegã), Mário Novais (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian), Artur Pastor e Eduardo Portugal, (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa) Mário Tavares, Chicó (Fundação Mário Soares) ou Fotografia Beleza (Espólio Fotográfico Português). Entre os Arquivos, destacam-se o Arquivo Fotográfico da Direção Geral do Património Cultural e o Arquivo do Centro Português de Fotografia.

frequentemente cidades profundamente distantes entre si, aspeto fundamental para a nossa percepção do objeto, numa determinada cronologia. Os passeios e as vias tratadas por oposição a simples terreiros ou a alteração funcional do espaço, são fatores determinantes a vários níveis, caso flagrante nas frentes ribeirinhas, durante séculos apenas locais de trabalho e esteticamente desprezados, espaços de traseiras, para as quais as cidades viravam literalmente as suas costas (**Fig. 2**).



**Fig. 2** – Vista de Alcácer do Sal, com destaque para a zona ribeirinha. Comparação entre fotografia de finais do século XIX e atual.

A procura destas fotografias mais antigas não dispensa a consulta de revistas oito e novecentistas onde a sua publicação, até pela novidade, era uma constante. É justamente na revista *Panorama* que, em 1841, é publicada a cópia de uma das primeiras feitas em Portugal, nesse mesmo ano, reproduzindo a fachada oriental do Palácio da Ajuda em Lisboa<sup>14</sup>.

É aliás em publicações como esta que encontramos um outro género igualmente indispensável: a gravura<sup>15</sup>. A partir de finais do século XVI e sobretudo até aos inícios do século XX é um dos meios preferenciais de divulgação de cidades<sup>16</sup>. Não há melhor exemplo desse uso do que os seis volumes da obra *Civitates Orbis Terrarum*, publicada por Braun e Hogenberg, entre 1572 e 1617, e entre cujas cerca de 530 vistas e plantas de cidades de todo o mundo, surgem Lisboa, Cascais, Coimbra, e Braga. No panorama nacional encontram apenas rival nas panorâmicas realizadas por Pier

<sup>14</sup>O texto que a acompanha relata a invenção do daguerreotipo. *O Panorama: Jornal Litterário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Março de 1841.

<sup>15</sup> Para além de *O Panorama* [1837-1868], veja-se o *Archivo pittoresco: semanário illustrado* [1857-1868] ou *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro* [1878-1915], todas disponíveis em linha pela Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> [consultado 11.06.2018]. Muitas gravuras foram recolhidas e editadas em álbuns temáticos, de que é exemplo a “Coleção de Gravuras Portuguesas”, saída dos prelos entre 1944 e 1972, organizada e editada por João Camacho Pereira, diretor da Revista Latina e integrada no programa de edições de propaganda de turismo dessa mesma publicação. As séries 1ª a 5ª e depois a 7ª e 8ª são dedicadas, respetivamente a “Pôrto e Douro”, “Lisboa”, “País Sul”, “País Norte”, “Ilha da Madeira”, “Portugal” e, de novo um volume dedicado a “Lisboa”. Disponibilizadas em linha pelo *Portal das Memórias de África e do Oriente* da Universidade de Aveiro e do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/CGP.aspx> [consultado 11.06.2018].

<sup>16</sup> As duas primeiras no volume I, de 1572, as duas últimas, com uma outra de Lisboa, no V, de 1598.

Maria Baldi, em 1668-1669, quando acompanhou Cosme de Médicis na sua viagem por Espanha e Portugal<sup>17</sup>. Em maior número – Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Setúbal, Lisboa, Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Viana e Caminha – são, sobretudo, representações muito mais fiáveis.

Representações porque a sua função foi exatamente essa: de acordo com a raiz etimológica, representação é a conjugação de duas ações *re e praesens*, ou seja, repetir e tornar presente. Por outras palavras, a *representatio* torna presente de novo, neste caso traz novamente à vista lugares e cidades, retratos de um território. É justamente essa qualidade de vencer distâncias físicas e temporais, de repetir o que já se viu ou ver o que apenas outros viram, vantagens que Braun realçava na introdução à obra *Civitates Orbe Terrarum*, que justifica a dimensão instrumental que tão frequentemente lhe esteve associada.

Na realidade, até que a pintura de paisagem se constituísse em género artístico individualizado, as vistas foram, desde o século XV e em toda a Europa Ocidental, eminentemente corográficas<sup>18</sup>, no sentido em que descreviam um local ou região específica. Não admira por isso que as mais antigas que conhecemos, materialmente ou apenas por referência documental, cumpram uma função essencialmente demonstrativa. São debuxos ou pinturas “*fecit ad vivum*” ou, como à época se dizia em português, “*tirado naturall*”<sup>19</sup>. Não de memória ou por interposta representação, mas realizadas frente ao objecto físico<sup>20</sup>, característica normalmente valorizada porque supostamente indicativa de um elevado grau de “precisão”, uma quase garantia de obrigação mimética.

Ora, aspetos como fiabilidade, verosimilhança e objetividade, tanto mais procurados e valorizados pelo investigador quanto o que está em causa é a tentativa de recuperar uma materialidade urbana para a qual os outros tipos de fontes são particularmente omissos ou vagos, introduzem uma discussão fundamental e transversal a toda a análise de fontes gráficas, sejam elas mapas ou vistas: a da sua instrumentalização, da encomenda e do objetivo que presidiu à sua realização, bem como da sua percepção por terceiros. Da sua identificação clara depende toda a leitura que dela possamos fazer pelo que a sua crítica interna é um passo fundamental.

<sup>17</sup> O original pertence ao acervo da Biblioteca Laurenziana (Florença). MAGALOTTI Lorenzo – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal – 1668-1669*. (Edição e notas Angel Sánchez Rivero, Angela Mariutti de Sánchez Rivero). Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1933.

<sup>18</sup> Do grego *choros*, sítio, local. Na escala de Ptolomeu, cosmografia, geografia e chorografia, a esta última competia fixar e descrever as particularidades de um local específico.

<sup>19</sup> Expressão utilizada em muitos outros idiomas na mesma época: “*au vif*”, “*al vivo*”, “*vere figure*”.

<sup>20</sup> Para convencer o observador que a representação fora efetivamente feita *ad vivum*, adoptaram-se vários estratagemas sendo dos mais comuns a inclusão de figuras humanas trajadas de acordo com a região ou a representação do próprio artista no ato de desenhar a cidade.



Na tentativa de compreender a verdadeira natureza da representação pode ser útil o recurso a dois conceitos distintos: o de *urbs* e o de *civitas*<sup>21</sup>. Os dois foram utilizados desde a Antiguidade para nomear a cidade mas focando aspetos diferentes: *urbs* convocando a materialidade física; *civitas* a comunidade humana. Tucídides deixaria escrito que Atenas era o conjunto de atenienses, não as muralhas ou os seus edifícios<sup>22</sup>. Ideia que, reutilizada por Isidoro de Sevilha nas suas Etimologias<sup>23</sup>, atravessaria com grande fortuna toda a Idade Média e Moderna<sup>24</sup>. Todavia, pese embora a hegemonia da *civitas*, as suas virtudes e valores não deixariam de se refletir na grandeza dos seus edifícios. Mas, apesar desta correspondência – de que a nobreza da *civitas* se espelha diretamente na estatura da *urbs* –, a distinção entre *civitas* e *urbs*, por mais ténue que seja, é fundamental para entender o modo como as cidades foram representadas, ora colocando a tónica na forma corográfica e descritiva, como um retrato particularizado, ora tentando capturar os valores da comunidade, ainda que naturalmente ancorado numa realidade física minimamente reconhecível.

Na verdade, porém, mesmo quando o objetivo foi assumidamente a representação da *urbs*, ou seja, a tangibilidade urbana, e mesmo quando esta foi desenhada presencialmente, o resultado nunca foi – ou pôde ser – uma cópia fiel do que a vista alcançava. Por muito que o seu autor o desejasse e a encomenda o exigisse, a representação não foi nunca uma repetição, capaz de trazer para o presente uma determinada visão passada, tornando visível uma ausência. O desenhar de uma vista ou paisagem é sempre o resultado de um sem-número de escolhas, algumas de relevo e por isso assumidas, outras ínfimas e amiúde inconscientes, por vezes apenas da responsabilidade do autor, por vezes veiculadas ou impostas por outros. E, contudo, o facto de qualquer representação ser uma construção não a torna necessariamente menos “verdadeira”. O colocar da tónica na verdade ou rigor de uma imagem urbana é normalmente o resultado de um posicionamento incorreto, de uma questão mal colocada: a “veracidade” ou verosimilhança é um valor relativo, apenas operativo quando entendido no quadro mais vasto do seu potencial demonstrativo, ou seja, da sua função e dos seus contextos individuais<sup>25</sup>. Identificá-lo é parte essencial do trabalho do investigador, assumindo como

<sup>21</sup> Conceitos particularmente discutidos e aplicados por Richard Kagan ao mundo hispânico. KAGAN, Richard – *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. Yale University Press, 2000.

<sup>22</sup> TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso* (Prefácio Helio Jaguaribe; Tradução Mário da Gama Kury). Brasília e São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 468.

<sup>23</sup> SEVILLA, San Isidoro de – *Etimologías* (Versão espanhola e notas J. Oroz Reta, M. A. Marcos Casquero). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004, p. 1059.

<sup>24</sup> KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic ...* p. 9 e seg.

<sup>25</sup> KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic...*, p. 9.

premissa que a representação isenta ou neutra do real é uma utopia, e que todas as conclusões dependem de uma correta aproximação à equação intenção/função/percepção.

Dois aspetos particularmente comuns, mas nem por isso devidamente valorizados, ilustram o que atrás foi dito: em primeiro lugar, a necessidade que, perante a complexidade do objecto, o autor da representação sentiu de transmitir o máximo de detalhe e volume de informação, sem com isso comprometer a coerência global do objecto. Assim, tornou-se um artifício corrente a utilização conjunta de mais do que um ponto de vista (ponto a partir do qual se captava a cidade), a par de diferentes angulações ou tipos de visibilidade. O que significa que “a partir do natural” se construía uma imagem outra, capaz de garantir simultaneamente a visibilidade das partes e a inteligibilidade do todo. Na prática, associavam-se numa mesma representação pontos de vista distintos, a voo de pássaro, à cavaleira, oblíqua, perfil<sup>26</sup>, conseguindo-se pela sua junção um resultado “profundamente real” a partir de uma composição “profundamente falsa”. Um exercício simples, pelo qual o observador tenta posicionar-se no local da tomada da vista, permite facilmente perceber como não se tratou apenas de um, onde o autor e o seu cavalete se posicionaram durante horas, mas da conjugação artificial de vários.

O segundo aspeto refere-se ao porquê da encomenda, ao que na origem ditou a sua execução. O móbil é a chave para a descodificação do processo seletivo que inevitavelmente esteve na base da realização: excluindo ou esbatendo determinados factos em função de outros que, assim realçados, se tornam os grandes protagonistas. Todo o desenho é, ainda que em graus diferentes, temático e retórico (e como tal persuasivo), sobretudo o que resulta de encomenda e obedece a um propósito específico.

Alguns exemplos concretos permitirão visualizar melhor as questões elencadas pelo que, numa articulação direta com o teor da representação – se a *urbs*, se a *civitas* – usaremos, por um lado, representações de carácter essencialmente demonstrativo e utilitário e, por outro, representações eminentemente simbólicas. Importa, porém, sublinhar como até esta distinção é frágil e essencialmente operativa: por muito simbólica que uma imagem seja, não deixa nunca de conter todo um potencial utilitário e demonstrativo, e de conferir a quem a encomenda um poder sobre quem a vê, através da mensagem transmitida.

Do carácter eminentemente utilitário das imagens e remetendo-nos, por questões de maior proximidade investigativa, aos séculos XV e XVI e ao panorama português, são vários os exemplos possíveis, uns apenas conhecidos através de

---

<sup>26</sup> Sobre a terminologia associada aos diferentes tipos de vistas e suas características, cf. KAGAN, R. – *Urban Images of the Hispanic...*, p. 2 e seg.

referências escritas, outros, muito poucos, chegados até nós: as “pinturas de casas de Çafim” que o moço de câmara de D. Manuel tinha entre os seus papéis, o projeto da couraça de Alcácer Ceguer, a “mostra e pintura” da cerca de Alfaiates, os desenhos da praça de Elvas, expressamente encomendados por D. Manuel ou a planta “pyntada em pappel” da rua Nova dos Mercadores, de Lisboa, peça com cerca de 6 metros de comprimento<sup>27</sup> usada por D. João II e a sua *entourage* no decorrer das obras de calcetamento dessa importante artéria, são, sem exceção, elementos demonstrativos: reproduzindo objetos vários e realidades de escala diversa – edifícios civis, estruturas militares, uma praça, uma rua – têm em comum o facto de servirem de suporte à discussão das soluções a adoptar, acompanhando relatos e vistorias, num vaivém de informação e opiniões várias carreadas por diferentes agentes para a corte, de onde, finalmente, emanava a ordem de execução. E este foi efetivamente um dos principais desígnios da imagem pintada e debuxada, do traço e da mostra. “*Que loguo a mamdes debujar o majs no çerto que poderdes*”<sup>28</sup> escrevia D. Manuel acerca da praça de Elvas, denunciando uma prática que a documentação relativa a muitos outros casos, como Vila do Conde<sup>29</sup>, claramente corrobora.

Para a mesma época, *não há*, porém, exemplo mais elucidativo da funcionalidade do desenho como resposta a uma encomenda específica que o “episódio Duarte de Armas”: o escudeiro de D. Manuel, por duas vezes incumbido pelo monarca para o desempenho de tarefas centrais à administração e definição da estratégia militar do reino: em 1507, no Norte de África; em 1509, na fronteira interior do reino. Se da primeira encomenda apenas se sabe o que Damião de Góis brevemente notícia – que o “*grande pintor*” seguira na armada capitaneada por D. João de Meneses com a missão de traçar e debuxar as entradas dos rios e a situação da terra de Larache, Salé e Azamor<sup>30</sup>, da segunda, pelo contrário, ficou o Livro das Fortalezas, nas versões de Madrid e Lisboa<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> Respetivamente, CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999, p. 48; *Projeto de couraça e cubelos em Alcácer-Ceguer*, IAN-TT, Gavetas XV, maço 18, nº 26, fl. 3; VITERBO, F. Sousa – *Diccionario historico e documental dos architectos, Engenheiros e constructores portuguezes*. Vol. III. Lisboa: INCM, 1922, p. 4; CABEÇAS, Mário – *Festas, Urbanismo e Arquitectura: A Praça Nova de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Trabalho realizado no âmbito do Seminário Estudos de Urbanismo do Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, p. 38; CID, Pedro – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa, Edições Colibri / Instituto de Historia da Arte da FCSH-UNL, 2007, p. 359.

<sup>28</sup> Carta régia de 28 de Outubro de 1514. AHME, *Livro primeiro, das proprias Provizões, Alvarás, Cartas, e ordens Régias*, fl. 581. Publicado por CABEÇAS, *Festas, Urbanismo e Arquitectura...*, p. 15 e doc. 9.

<sup>29</sup> TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, p. 593.

<sup>30</sup> GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa, 1566-1567. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://purl.pt/14704/3/> [consultado 01.06.14].

<sup>31</sup> Duarte de Armas e o *Livro das Fortalezas* foram já objecto de inúmeros trabalhos. Na impossibilidade de os referenciar de forma exaustiva, elencam-se apenas alguns dos mais recentes. Para além da edição

O álbum inclui o “retrato” das principais vilas da raia portuguesa, entre Castro Marim e Caminha, num total de 55 povoações, dedicando a cada uma delas duas vistas panorâmicas capturadas a partir de dois pontos cardeais, ou “bandas” diferentes. Em 51 dos casos são acompanhadas da planta do respetivo castelo ou cerca vilã.

Neste caso, se dúvidas houvesse, o objeto e âmbito da encomenda é expressamente declarado pelo próprio autor no primeiro fólio: “*Este livro he das fortalezas que são situadas no estremo de portugall e castella*” e cumpre uma função que anos mais tarde Francisco de Holanda explicaria de forma particularmente sugestiva: “*Sirva-se Vossa Alteza do Desenho da pintura nas coisas da guerra pois esta é vencida se o desenho vai bem desenhado, perdida, se o desenho vai descomposto*”<sup>32</sup>.

O móbil militar, na realidade, traduz-se em todo a representação. No detalhe de muros, torres, barbacãs e fossos, nas breves notas que especificam alturas, espessuras, bem como na marcação dos mecanismos próprios para o uso de artilharia tais como troneiras, cubelos e barbacãs novas, já adaptados à instalação de bocas de fogo. Esta última seria, porventura, a informação mais relevante, traduzindo o número, estado e localização das fortalezas ainda com valia em caso de guerra. Mas o objectivo militar vai mais longe. Se o que está em causa é o conhecer a resistência de um território, então não basta expor as virtudes e fragilidades das fortalezas: é necessário assinalar as atalaias que complementam a linha defensiva, a relação de cada fortaleza com o território e destas com os castelos do reino vizinho. Os caminhos e as pontes, o seu estado e o tempo que demoram a percorrer ou até mesmo a generosidade ou aridez dos campos, são outros aspetos igualmente tidos em conta. Mas o que releva neste caso é a dimensão e coerência da encomenda, a lógica de álbum enquanto método de recolha sistematizada de um conjunto de informações veiculadas essencialmente de forma gráfica, mas não só<sup>33</sup> (**Fig. 3**) O que patenteia, de forma inequívoca, a

---

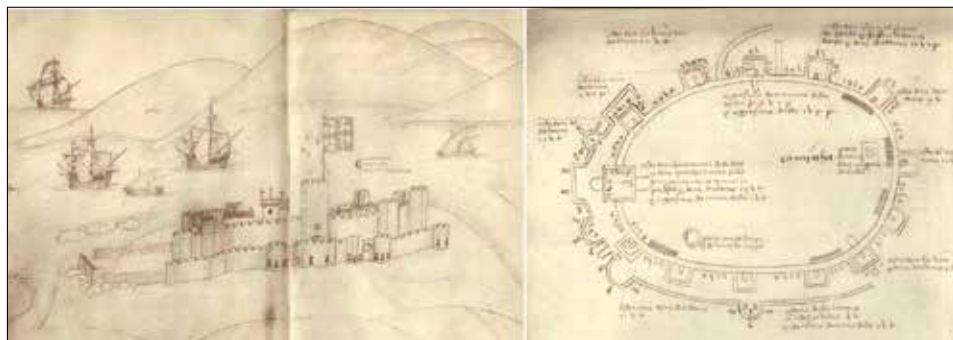
fac-similada de *O Livro das Fortalezas* (versão de Lisboa), trazida a público em 1997 por Manuel da Silva Castelo Branco, com destaque para o estudo introdutório que a acompanha, veja-se PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550)*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de doutoramento, pp. 562-810; e BARROCA, Mário Jorge – “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (Coords.) – *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2017, pp. 183-206.

<sup>32</sup> HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*. (Ed. Ángel González Garcia). Lisboa: IN-CM, 1984, p. 31. Já anteriormente Maquiavel aconselhava o mesmo. MACHIAVELLI, Niccoló – *A arte da guerra*. David Martelo (trad. estudo, intr. e notas). Lisboa: Sílabo, 2005, p. 159. Também Castiglione, no *Cortesão*, destacava a utilidade da pintura “em especial na guerra para desenhar aldeias, regiões, rios, pontes, penedias, fortalezas e coisas similares, as quais, embora se conservassem na memória [...] não podem ser mostradas aos outros.” CASTIGLIONE, Baldassare – *O Cortesão*. (Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada e Rev. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 75.

<sup>33</sup> Para além das inúmeras notas que acompanham os desenhos, o álbum integra uma “Tavoada” no final, seguindo a tradição dos itinerários escritos que durante séculos guiaram exércitos, peregrinos ou

sua instrumentalização permitindo ao monarca conhecer e, por essa via, mais facilmente defender e dominar – territórios e súbditos. O álbum de Duarte de Armas integra-se num tipo de levantamentos que John Hale<sup>34</sup> definiu como “cartografia de defesa”, por oposição à “cartografia de ataque”, bastante mais rara, desde logo porque dirigida a territórios que se pretendiam conquistar. Foi aliás esse primeiro género, orientado para os próprios domínios e incidindo sobretudo em cidades fortificadas ou fortificações costeiras e de fronteira que fez evoluir a cartografia de vocação militar no decorrer da Época Moderna. A utilização cada vez mais intensa e eficaz das armas de fogo, obrigando a uma alteração profunda das estruturas militares, originou uma intensa corrente de registos gráficos entre os monarcas e os seus pintores ou debuxadores, progressivamente substituídos por engenheiros e arquitetos. Sublinhe-se, todavia, que essa mesma cartografia não teve, pelo menos no decorrer do século XVI, um propósito exclusivamente militar, nem constituiu um género claramente individualizado. Pelo contrário, o seu carácter descritivo respondeu de múltiplas formas (território, propriedade, fiscalidade, população, recursos, equipamentos, etc.) ao apetite dos governantes por informação vária, indispensável aos impulsos centralizadores de toda a administração moderna.

Em síntese, quando explicitados os objetivos, os elementos presentes no desenho ganham legibilidade permitindo uma consciencialização do valor que a cada um podemos atribuir. No caso do Livro das Fortalezas, veja-se como o edificado corrente cumpre tão só a missão de reproduzir as manchas de ocupação em torno



**Fig. 3** – Vista e planta de Caminha (pormenor), c. 1509, Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 116 e 133v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT/TT/CF/159).

mercadores. A esses registos, chamados de “cartografia escrita”, associava-se a “cartografia oral”, veiculada pelos naturais da região ou por guias e escutas que, antecipadamente, avançavam pelo território. Métodos que continuaram em uso durante muito tempo, sobretudo enquanto os mapas foram pouco precisos.

<sup>34</sup> Sobre a relação entre guerra e cartografia é imprescindível a consulta de HALE, John – “Warfare and Cartography, ca. 1450 to ca. 1640”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Volume 3 (Part 1). University of Chicago Press, 2007.

das fortalezas, essa sim uma informação crucial à estratégia militar, sendo por isso genericamente tipificado e como tal de uso limitado na reconstituição do concreto de cada localidade. É, portanto, uma construção codificada, aquela que nos oferece das vilas e castelos do extremo do Portugal quinhentista, mas que satisfaz eficientemente a sua função, trazendo à presença do rei uma realidade distante, que, supostamente, através da sua representação, se torna mais compreensível do que a própria realidade.

Na verdade, este álbum seria apenas um dos primeiros, seguindo-se muitos outros de função idêntica, ainda que dedicados a outros espaços, agora ultramarinos, cuja distância mais agudizava a necessidade de representações desenhadas: “*Eu folgaria de ver o debuxo das principais fortalezas que tenho nessas partes pelo que vos encomendo muito que se lá houver alguma pessoa que o saiba bem fazer me envieis cada uma delas e assim a cidade ou lugar em que estiver*”<sup>35</sup>. Esta determinação de D. João III em conhecer por debuxos os territórios que a Oriente iam dando corpo ao Império, transformando-os nos “olhos do rei”, na expressão feliz de Jorge Flores<sup>36</sup>, foi cumprida nos anos seguintes por D. João de Castro e Gaspar Correia<sup>37</sup> ou, já no século XVII por Barreto de Resende, Erédia ou Mariz Carneiro<sup>38</sup>, dando corpo a uma longa genealogia de álbuns de vistas de cidades. Num processo que, aliás, fez da cópia uma prática corrente e legítima. De facto, a autoridade de um mapa ou vista ancorou-se frequentemente na sua fidelidade à representação tradicional, ou seja, às que antes dela estabeleceram uma identidade para um determinado local e, assim, um cânone. Em muitas situações tal foi mais importante do que a tentativa de proximidade ao real<sup>39</sup>, o que levanta questões de outra natureza ao observador contemporâneo, obrigado a descodificar os tempos do objeto representado e da representação propriamente dita. Reconhecer a existência de um cânone anterior e, idealmente, identificá-lo, permite aferir o hiato ou distância entre os dois momentos em causa e assim compreender o processo de cristalização da imagem.

Mas voltando ao carácter demonstrativo das representações e ao século XVI português, interessa-nos incidir agora sobre um outro género (embora, inevitavel-

<sup>35</sup> GARCIA, J. Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*. Autor e Quidnovi. 2009, p. 12.

<sup>36</sup> FLORES, J. Manuel – *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

<sup>37</sup> CASTRO, D. João de – *Obras Completas* (Edição crítica Armando Cortesão e Luís de Albuquerque). 4 Vols. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982; CORREA, Gaspar – *Lendas da Índia*. (Dir. Rodrigo José de Lima Felner). Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858-1863.

<sup>38</sup> Sobre estes autores e respetivas obras, veja-se GARCIA, J. M. – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia...*

<sup>39</sup> BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe: Measurement, Representation, and Planning”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Vol. 3 (Part 1). Chicago: University of Chicago Press, 2007, p. 691.

mente ele tenha vindo já a ser referido a par com as vistas) que surge e se divulga nessa altura em resposta a uma cada vez maior necessidade e apetência por conhecer, de forma tão rigorosa quanto possível, o território: a planta – ou *plantaforma* como então se dizia – que o desenvolvimento das técnicas de desenho possibilitava<sup>40</sup>, com a mais valia de dar a conhecer a “verdade dos chãos”, como a descreveu Francisco de Holanda<sup>41</sup>. Durante muito tempo, com efeito, a encomenda de plantas parece ter estado associada à procura de uma grande proximidade formal ao existente, ao conhecimento da *urbs*, portanto.

Embora o que chegou até nós seja seguramente uma parte ínfima do que terá existido, é o suficiente para indiciar o forte investimento que à época foi feito: Tavira, Lagos e Castro Marim<sup>42</sup>, mas também o Funchal, Sesimbra, Vila do Conde, o castelo Velho da Mina, os oito desenhos dedicados aos Açores, Guimarães e Lisboa<sup>43</sup> (Fig. 4).



**Fig. 4** – *Planta da cidade de Tavira*, Leonardo de Ferrari, c. 1645 (cópia de um original de 1542-1568). Plantas de diferentes plazas de Espania, Italia, Flandes, los Indias (Atlas do marquês de Heliche), Estocolmo, Krigsarkivet, SE/KrA/0414/0025/0011; *Vila de Sesimbra*, c. 1570. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,08,004on Cartografia; Açores, *A Ilha do Pico*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,09,010on.

<sup>40</sup> O plano de Imola, realizado por Leonardo da Vinci em 1502, é tido como o primeiro do género.

<sup>41</sup> HOLANDA, F. – *Da Pintura Antiga...*, p. 69.

<sup>42</sup> Tavira, Lagos e Castro Marim constam da obra “Plantas de diferentes plazas de España, Italia, Flandes y las Indias”, Arquivo Militar de Estocolmo (secção Handritade Kartverk, vol. 25). SÁNCHEZ RUBIO et al. (Eds.) – *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. Mérida: Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

<sup>43</sup> Todas elas pertencentes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para uma identificação detalhada veja-se TRINDADE, Luísa – “Desenho: discurso e instrumento”. In ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (Coord.) – *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra, Lisboa, Niterói: Imprensa da Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015, op. 422-426. Sobre as plantas do Funchal, Sesimbra, Açores e Mina, cf. BUENO, Beatriz Siqueira – *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EdUSP e FAPESP, 2011, pp. 80-82; para Guimarães, cf. FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Passado & Presente para o futuro*. Novembro de 2009, Ouro Preto, pp. 1-9. Disponível em [http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes\\_as-plantas--de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde](http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes_as-plantas--de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde) [consultado 06.07.18]. Sobre o desenho de Lisboa, veja-se ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico...”, pp. 76-79.

Todas elas da segunda metade do século XVI<sup>44</sup> e algumas indiscutivelmente da mão de um mesmo autor, provam o vincado interesse da coroa no conhecimento detalhado do território continental, nas Ilhas Atlânticas e em África, com particular destaque para as cidades e vilas do litoral. Recorde-se como a defesa da costa ocupou lugar central na política de D. Sebastião ordenando, justamente em 1569, a fortificação de todos os portos do reino. O peso determinante que em muitos destes levantamentos tem a componente militar, construída ou a construir, caso do Funchal, Ponta Delgada, Vila Franca, Lagos, Sesimbra e Mina<sup>45</sup> – onde as velhas cercas medievais, as novas muralhas abaluartadas e as fortalezas surgem bem demarcadas – permite pensar que seriam exatamente a resposta a essa estratégia de *aggiornamento* da capacidade defensiva do reino. Guimarães, todavia, a última a ser identificada e incontestavelmente da mesma mão que desenhou Vila do Conde, obriga a equacionar se o interesse seria apenas esse. Pelo seu número e contemporaneidade não parecem ser levantamentos desconexos mas antes, como o conjunto dedicado aos Açores parece indiciar, o reflexo de uma política sistemática e de uma forte cultura de representação do território. Aliás, as raízes dessa prática poderão, porventura, recuar até à primeira metade do século, a comprovar-se a existência de um mapa de todo o reino realizado ainda antes de 1540<sup>46</sup>, data particularmente precoce no universo europeu<sup>47</sup> ou dos minuciosos mapas regionais datáveis do reinado de D. João III e que, pelo menos na literatura, deixaram memória (representando, por exemplo, a região de Peniche, Sacavém, Cascais e Sintra)<sup>48</sup>.

Na verdade, até pela forma como a maioria destes levantamentos abarca a escala urbana, e representa em detalhe ruas e edificado, pode pensar-se se não estaria em causa o desejo e a necessidade de fixar as principais cidades e vilas portuguesas, no seu todo<sup>49</sup>. No que constituiria, afinal, o corolário natural desse

<sup>44</sup> Os planos ortogonais foram relativamente raros no decorrer do século XVI, sobretudo na sua primeira metade. Um elenco dos mais importantes pode ser lido em BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe...”, p. 686.

<sup>45</sup> E em tantas outras desaparecidas, como as *amostras* que Luís Dias enviou de Salvador ao rei. ROSSA, Walter – “O Urbanismo regulado”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 386.

<sup>46</sup> Mapa de Portugal que pode ter servido de carta-padrão ao de Álvares Seco publicado em 1561 e divulgado em 1570, ao ser incorporado no *Theatrum Orbis Terrarum* de A. Ortelius. DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal”. In DIAS, Maria Helena (Coords) – *Os Mapas em Portugal da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p. 89.

<sup>47</sup> PARKER, Geoffrey – “Maps and ministers: the Spanish Habsburgs”. In BUISSERET, David (ed.) – *Monarchs, ministers and maps. The emergence of cartography as a toll of government in Early Modern Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, p. 133.

<sup>48</sup> DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal...”, p. 89.

<sup>49</sup> Uma das maiores vantagens da representação ortogonal foi a de, adoptando um número infinito de hipotéticos pontos de vista perpendiculares à superfície da terra, captar a forma global da cidade. Ao fazê-lo de forma plana, contudo, obrigava a prescindir da representação em três dimensões, limitação que no século XVI foi contornada através do uso de abas articuladas, como as que vemos, por exemplo, na planta de Guimarães, e que permitem “levantar” o Paço dos duques de Bragança.



eventual intento de representação do território: a seguir ao reino e às regiões, a cidade ou vila. E, de facto, todos os exercícios efetuados sobre eles, num cotejo entre o que representam com o que ainda hoje existe, traduzem essa intenção de um registo formal “preciso”, da materialidade específica e identificadora de um lugar concreto, certamente a resposta a ordens como a que há pouco vimos de D. Manuel, inequívoca no tom e no propósito: “... *que a mandes debujar o majs no çerto que poderdes*”<sup>50</sup>.

Mas neste ponto importa chamar de novo a atenção para um aspeto fundamental e que é válido tanto para os levantamentos de cidades ou de porções mais vastas de território: a necessidade de matizar essa “verdade dos chãos” ou “carácter preciso”, tendo em conta o que Harley apontou como “discurso cartográfico”<sup>51</sup> e Sauer como “eloquência dos mapas”<sup>52</sup>. Na realidade, ao contrário das vistas, onde a subjetividade é normalmente aceite (quase até expectável) os mapas e as plantas, ao serem identificados com processos científicos, fugiram (e fogem ainda) à categoria de objetos retóricos e persuasivos que na realidade também são. Quer a cartografia quer os levantamentos ortogonais foram, durante muito tempo, apanágio das elites dominantes desde logo porque, como argumentava Floriano Dal Buono, autor da vista de Bolonha de 1636, a essência da cidade só podia ser captada por uma imagem que a representasse tal como se vê a partir de um determinado ponto (pictural, portanto); a sua planta, pelo contrário, em toda a sua abstração e carácter científico, estranha à percepção empírica, só poderia interessar a alguém que a quisesse atacar ou construir uma igual<sup>53</sup>. Os levantamentos planimétricos foram, por isso, mas também pela complexidade da sua realização, quase sem exceção linguagem de poder, transmitindo, de forma quase imperceptível, realidades social e politicamente comprometidas. Quando, depois de reproduzidas, chegaram ao grande público, transformam-se em instrumentos de disseminação e fortalecimento dos valores e crenças que se pretendiam dominantes. Como sublinhou Harley, “*Seeing was believing in relation to the territorial hierarchies expressed in maps*”<sup>54</sup>. Efeitos que, no concreto, se materializam em omissões, distorções propositadas, sublinhados ou, por exemplo, no chamado “síndrome de omphalos”, isto é, na reivindicação de um posicionamento central por parte da entidade representada e promotora da carta.

<sup>50</sup> Veja-se, supra, nota 27.

<sup>51</sup> HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power”. In HARLEY, J. Brian (author); LAXTON, Paul (Ed.); ANDREWS, J.H. (Introd.) – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001, p. 54.

<sup>52</sup> SAUER, Carl – “The education of a Geographer”. *Annals of the Association of American Geographer* vol. XLVI n° 3 (September 1956). Taylor & Francis, Ltd., p. 289.

<sup>53</sup> ALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe...”, p. 687.

<sup>54</sup> HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power...”, p. 62.

A verdade é que, mesmo utilizando métodos matemáticos e científicos, os autores dessas imagens raramente decidiram em plena autonomia, livres de quaisquer constrangimentos. A moldura técnica partilhou sempre o seu domínio com a moldura político-social. Os mapas nunca são descomprometidos, por vezes em aspetos quase tão imperceptíveis quanto a manipulação da escala, o âmbito representado, o tamanho e local onde surgem os símbolos e inscrições que identificam o promotor ou, tão simplesmente, nas cores escolhidas para os diferentes elementos<sup>55</sup>. Mas bastaria um exemplo mais simples: muitos dos levantamentos dos séculos XVII e XVIII<sup>56</sup> em que o objetivo foi o da representação das estruturas militares, existentes ou a construir, registou-se tudo o resto – quarteirões, ruas – de forma sumária e pouco precisa, tendendo a geometrizar excessivamente a realidade construída. E isso apenas porque tal correspondia a um mecanismo de representação mais rápido. Tudo isso expressa bem a necessidade de uma crítica interna atenta ao mesmo tempo que vinca como o que hoje é para nós uma fonte gráfica foi, e é, instrumento de quem decide, e nesse sentido, instrumento de poder.

Na realidade, muito do que ficou dito a propósito da imagem essencialmente demonstrativa – o carácter utilitário, a capacidade descritiva, o potencial enquanto instrumento de poder – pode igualmente servir à caracterização da representação simbólica – aquela em que potencialmente a *civitas* sobreleva a *urbe*. A distinção entre ambas é sempre ténue e de difícil percepção mas, na tentativa de compreender o móbil da representação, vale a pena investir nessa linha de análise.

Para o espaço e cronologia que temos vindo a usar, Lisboa pode servir de ensaio, até pelo número significativo de vezes que foi representada no decorrer do século XVI<sup>57</sup>. Com efeito, a partir de uma visão do conjunto, percebe-se como, desde a década de 1510, se assiste à consolidação daquela que virá a ser a vista da cidade com maior fortuna, de base corográfica, sem dúvida, mas a que acresce um enorme potencial retórico, a um tempo simbólico e propagandístico. Lisboa a partir do Tejo. Trata-se da vista captada de uma das muitas caravelas fundeadas no estuário do rio, cuja presença é um dos principais traços na caracterização da

<sup>55</sup> HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power...”, p. 53.

<sup>56</sup> Veja-se, a título de exemplo, as obras *Topografia da provincia de Entre Douro e Minho, Facsimile de Topographia da Fronteyra, praças e seus contornos, raya seca, costa e fortes da Província de Entre Douro e Minho...*, 1753, Biblioteca Municipal do Porto ou o vasto conjunto recolhido em MATOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1941.

<sup>57</sup> Para o estudo das diferentes vistas de Lisboa veja-se PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção...*, p. 865 e seg. Não entrando em linha de conta com o álbum de Duarte de Armas, pode afirmar-se que, para esta cronologia, as vistas de cidades portuguesas são raras, exceção feita a Lisboa, que conta pelo menos com 9. Entre as restantes, merecem destaque as vistas de Santarém e Évora, a primeira de António de Holanda e inserida na *Genealogia das Casas Reais de Espanha e Portugal 1530-1534* (Londres, British Library, Ms. 12531/3, fl. 8), a segunda, iluminando o frontispício do foral manuelino da cidade, datado de 1501, e atribuída a Duarte de Armas (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora).

Lisboa Quinhentista, cidade portuária onde, por via fluvial e marítima, confluíam gentes e mercadorias de todo o mundo, velho e novo. Se a colina coroada pelo Paço da Alcáçova, as torres da Sé e os grandes conventos contribuem para a identificação da cidade, o protagonismo é sem dúvida reservado ao contacto da cidade com o rio, fazendo da Ribeira o espaço de referência.

E essa Ribeira seria, a partir de 1505, definitivamente marcada pelo novo Paço Real. De forma geral, em todas as representações, é possível reconhecer a vontade de representar o existente, senão no detalhe, pelo menos em termos de volumes e posição relativas, aspeto que, aliás, permite acompanhar as alterações que vão sendo sucessivamente introduzidas na residência régia<sup>58</sup>. No paço, concretamente no piso térreo do núcleo residencial, situava-se a Casa da Índia e Mina, centro nevrálgico do trato comercial que o rei monopolizava. Ora, como vários autores têm destacado<sup>59</sup>, esse edifício sintetizava, na sua lógica arquitectónica e funcional, a ideia da indissociabilidade entre o império marítimo e comercial e a dinastia de Avis-Beja. O rei de Portugal era, afinal, também Senhor da Conquista, Navegação e Comércio... da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Em síntese, quando a casa do rei literalmente se alicerçava na casa da Índia, e quando o Paço, ou pelo menos a parte mais emblemática – a “ponte” ou “varandas dos paços” – literalmente avançava sobre o rio, num contacto quase físico com caravelas e naus, afirmava-se de forma perene a natureza e geografia do Império e D. Manuel como *dominus mundi*. Tanto quanto o rinoceronte, o elefante, a onça e o cavalo persa que segundo Damião de Góis abriam o cortejo régio nas ruas da cidade<sup>60</sup>, o paço manuelino, na sua ala mais visível e simbólica, cristalizava a escala mundializante do império. Desta feita, a *urbs* transformava-se em *civitas*. E a imagem em puro discurso político.

A captação do posicionamento central de Lisboa no mundo e, por essa via, do carácter cosmopolita das suas gentes, transparece igualmente em outros retratos da cidade igualmente focados nas “zonas quentes”, ribeirinhas ou com elas confinantes. É o caso das pinturas do Chafariz d’el Rey e da Rua Nova dos Mercadores<sup>61</sup> (Fig. 6). Em ambos os casos não se descrevem apenas paisagens construídas. Mais do que os edifícios, releva o concurso das “desvairadas gentes”,

<sup>58</sup> As diferentes representações do Paço em toda a iconografia de Lisboa do século XVI podem ser vistas em SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002; e GARCIA, J. Manuel (Coord.) – *Lisboa do século XVII: A mais deliciosa terra do mundo. Imagens e textos nos quatrocentos anos do Padre António Vieira*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008, pp. 24-25.

<sup>59</sup> SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira...*, p. 217; PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção...*, p. 875.

<sup>60</sup> GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei...*, IV, Cap. 84, fl.105.

<sup>61</sup> A primeira, de cerca de 1570-80, pertence à Coleção Berardo; a segunda, atribuída ao intervalo entre 1570-1619, é propriedade da Kelmscott Manor Collection – Society of Antiquaries of London. JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, K.J.P. (Eds.) – *The Global City. On the streets of the Renaissance Lisbon*. London: Paul Hoberon, 2015.



**Fig. 5** – Planta de Guimarães com pormenor das abas móveis que representam o Paço dos Duques e o Castelo. c. 1570, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ARC.016,09,012on Cartografia.



**Fig. 6** – *Chafariz d'el Rey em Lisboa*, autor desconhecido, c. 1570-80, Coleção Berardo; *Rua Nova dos Mercadores*, em Lisboa, autor desconhecido, c. 1570-1617, Londres, Kelmescott Manor Collection - Society of Antiquaries of London.

dos missionários e mercadores estrangeiros, dos escravos, em tão grande número que, como dizia Jan Taccoen, Lisboa parecia “um jogo de xadrez, tantos os brancos quantos os negros”<sup>62</sup>. Em conjunto, são estes atores que persuadem o observador do carácter global de Lisboa.

Na verdade, como estes exemplos comprovam, descobrir a acentuação da *civitas* ou da *urbe* trata-se, no âmbito da análise das fontes, de procurar a tónica mais forte, na expectativa de identificar o móbil que presidiu à sua encomenda e realização. O que não significa, de todo, que uma anule a outra. Note-se como num e noutro dos exemplos usados a materialidade não foi descurada, sendo o cotejo com outras representações dos mesmos objetos prova disso mesmo (**Fig. 5**).

Conscientes dos “perigos” da imagem, da forma como até mesmo as fotografias veiculam inevitavelmente realidades filtradas e dirigidas por quem as produziu ou reproduziu (já para não falar na manipulação intencional através de processos de truncagem, edição ou montagem), o que importa reter é como ela, em qualquer dos seus formatos, é fulcral na investigação em História do Urbanismo.

<sup>62</sup> Citado por FONSECA, Jorge – “Lisboa de D. Manuel no relato de Jan Taccoen”. In FONSECA, Jorge (Coord.) – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Edições Húmus, 2015, p. 100.

O mesmo, naturalmente, se passa com fontes de outra natureza, com destaque para os documentos escritos, mas o cuidado que estes exigem é, por regra, um dado adquirido, pelo que a sua crítica interna não será aqui explorada.

Entre os mais importantes para o nosso âmbito, pelo teor da informação que potencialmente veiculam, encontram-se as cartas de foral, os tombos de propriedades, doações, aforamentos, emprazamentos e vendas, livros de vereações, posturas, vistorias, encomendas e documentação vária relativa a obras, censos populacionais ou atas de cortes. Entre descrições de natureza variada, destacam-se os relatos de viajantes, pela curiosidade que normalmente os leva a relatar o que para os habitantes é comum e, por isso, passa despercebido (de que Jan Taccoen, atrás referido é exemplo), bem como as Memórias Paroquiais, pela forma como cobriram a totalidade do território continental português, ainda que a sua qualidade descritiva seja muito díspar, de acordo com os conhecimentos e nível cultural de cada um dos párocos das 4.168 freguesias do país<sup>63</sup>.

Para além da informação contida em antigos dicionários histórico-geográficos, como o *Diccionario Geografico*, setecentista, da autoria do Padre Luís Cardoso, do *Portugal Antigo e Moderno*, publicado em 1873 por Pinho Leal ou do, já mais recente, *Guia de Portugal*<sup>64</sup>, importa igualmente passar em revista os registos de campanhas de restauro, renovação e ensanche urbanos dos séculos XIX e XX. Neste âmbito, o Sistema de informação para o património Arquitectónico (SIPA), da Direção Geral do Património Cultural, é um instrumento incontornável. Com efeito, a toda a informação descritiva, histórica e bibliográfica acresce, na secção *Arquivos e coleções*, o conjunto de documentos textuais, fotografias e desenhos existentes para cada monumento e sítio, muito frequentemente largas centenas, que retratam detalhadamente a evolução do bem, permitindo consultar o processo de obra e confrontar o antes e o depois da intervenção ocorrida (**Fig. 7**). No âmbito da estrutura urbana importam especialmente os dados que relatam as profundas transformações ocorridas nas zonas envolventes e que, de acordo com a filosofia de

<sup>63</sup> Em Janeiro de 1758, Sebastião José de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino, enviava a todos os párocos do reino um interrogatório sobre as respetivas paróquias. As perguntas, para além dos danos causados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, cobriam um âmbito alargado, integrando informação importante para a matéria urbanística (topografia, estruturas militares, casas religiosas, antiguidades, demografia, etc.). O resultado, compilado na altura por ordem alfabética pelo padre Luís Cardoso, num total de 44 volumes, encontra-se disponível *em linha* pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4238720> [consultado 11.06.2018].

<sup>64</sup> CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. Disponível em: <http://purl.pt/13938> [consultado 11.08.2018]; LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario geográfico, estatístico, chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades*. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. Disponível em: [https://archive.org/details/gri\\_33125005925710](https://archive.org/details/gri_33125005925710) [consultado 11.08.2018]; PROENÇA, Raul (Ed.) – *Guia de Portugal*. Lisboa. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1924-1969.



Fig. 7 – Fotografias do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (DGPC) registando os diferentes tempos da intervenção nas muralhas de Lagos (1957-1960).

intervenção da época, foram literalmente “limpas” de tudo o que no decorrer dos tempos foi sendo edificado nas proximidades ou justaposto aos edifícios. Por outro lado, são já muitos os conjuntos, aglomerados ou sectores de cidade, para usar a terminologia do próprio portal, que integram o arquivo, disponibilizando, por exemplo, plantas com informação diversa e levantamentos métricos rectificadas dos alçados urbanos, instrumento de enorme valia no estudo da forma urbana<sup>65</sup>.

Entre os muitos problemas que a documentação escrita comporta, destacam-se dois pela forma como sistematicamente afetam qualquer investigador: o primeiro tem a ver com a seleção a fazer no volume imenso de produção escrita, documental ou bibliográfica, que chegou até nós. Onde procurar informação sobre os factos urbanos? Dito de outra forma, o que pode ser posto de lado? Atrás elencaram-se as fontes mais óbvias, que têm forçosamente de ser inquiridas. Mas, inevitavelmente, muitas outras, à partida insuspeitas, poderão ter informação preciosa, inexistente em qualquer outro lado. É que, em última análise, tudo o que diz respeito à ação do homem no espaço urbano, independentemente da natureza política, económica, religiosa ou social do ato, pode, por mais breve que seja a referência, interessar ao estudo da morfologia urbana. Um exemplo: o conjunto de procurações que os concelhos enviaram às cortes de Santarém, em setembro de 1383, pelas quais juravam como herdeiros do trono a infanta D. Beatriz e seu marido Juan I, rei de Castela, documento à partida insuspeito para o estudo da cidade, constitui, afinal, pela inclusão do local em que cada uma das procurações foi assinada, uma fonte insubstituível para a pesquisa sobre a evolução das casas da câmara e, por consequência, da consolidação dos espaços de maior centralidade nas cidades portuguesas medievais<sup>66</sup>.

<sup>65</sup> Veja-se, a título de exemplo o Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo António. [Consultado 11.06.208]. Disponível em [www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1296](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1296)

<sup>66</sup> Sobre este assunto veja-se TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, pp. 623-624.

Para além desta dispersão, a documentação escrita apresenta um outro problema: o facto de só muito raramente ter tido por objetivo inicial uma intenção descritiva do objeto urbano, pelo que os dados que veicula são insuficientes, com uma informação espacial equívoca e descontínua. Mesmo os tombos ou listagens de propriedades – régias, camarárias ou pertencentes a ordens religiosas e monástico-militares – procuraram responder a questões muito precisas: salvaguardar o domínio real da propriedade, identificar o bem e o detentor do prazo, estipular o foro anual e momento da entrega, zelar pelo bom estado dos imóveis. Tudo o resto, materiais de construção, compartimentação interna, detalhes arquitectónicos, relação com o espaço público ou com os imóveis vizinhos, foram dados quase sempre entendidos como irrelevantes para o fim em causa e, por isso, omitidos. Por outro lado, basta que o património da instituição em causa não obedecesse a uma localização contígua para que a descrição do espaço surja incompleta e a nossa reconstituição seja, inevitavelmente entrecortada por vazios.

Uma fonte crucial no estudo da evolução urbana é a informação veiculada pela arqueologia, constituindo uma ajuda preciosa na leitura de paramentos, sendo o único recurso possível quando os vestígios não se conservam à superfície<sup>67</sup>. No caso português todavia é ainda difícil torná-la um recurso sistemático. Ao contrário do que já vai sucedendo em contexto europeu, onde a arqueologia dirigida a pontos concretos da cidade sucede a investigação e é por ela orientada, em Portugal, as análises urbanas limitam-se, salvo raras exceções, a recorrer a trabalhos arqueológicos já realizados ou em curso – e, por isso, nem sempre incidindo sobre os locais potencialmente mais interessantes – sem que se verifique um verdadeiro trabalho interdisciplinar. Para tal, contribui também o facto de a arqueologia urbana obedecer ainda demasiado frequentemente a intervenções de emergência ditadas por razões alheias à investigação científica, invariavelmente sujeitas a fortes pressões e, sobretudo, a prazos muito curtos. Estuda-se a contrarrelógio, regista-se e enterra-se de novo, nem sempre, infelizmente, precavendo a conservação ou acessibilidade futura. Como sugestivamente escreveu Malpica Cuello, nestes casos, ainda demasiado numerosos, a arqueologia urbana “*se dedica a certificar la muerte y a examinar los cadáveres poco antes de destruidos*”<sup>68</sup>.

<sup>67</sup> Uma síntese da importância crucial da arqueologia para o estudo da cidade e da metodologia utilizada (por exemplo ao nível das fontes e recolha de informação), pode ler-se em MONTILLA TORRES, Irene – “Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas”. In MALPICA CUELLO, Antonio (Dir.) – *Ciudad y arqueología medieval*. Salobreña: Editorial Alhulia, 2007, pp. 47-63.

<sup>68</sup> MALPICA CUELLO, Antonio – “Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada”. In CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Ed.) – *Ciudad y territorio en Al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, 2000, p. 25.

Nem tudo, porém, são casos perdidos, sendo já muitos os exemplos de boas práticas<sup>69</sup>. Destes, escolhemos apenas um como exemplo, justamente por ter como foco principal o urbanismo medieval e incidir sobre uma escala urbana: o caso do assentamento original de Vila Real de Trás os Montes, a chamada Vila Velha. Na sequência das campanhas arqueológicas iniciadas em 1996 e de um amplo investimento realizado no âmbito do Programa Polis Vila Real, é agora possível compreender a estrutura urbana inicial pela articulação discursiva montada a partir do museu-centro interpretativo, das estruturas arqueológicas conservadas *in situ* e dos arranjos de alguns dos sectores escavados<sup>70</sup>. Uma prática a servir de exemplo a tantos outros núcleos com potencial idêntico.

Deixámos para o fim a mais importante de todas as fontes, a cidade propriamente dita e o trabalho de campo que qualquer estudo na área da História do Urbanismo exige. Numa obra clássica sobre investigação em ciências sociais e humanas, Umberto Eco chamava a atenção para a importância da escolha de um objeto de estudo fisicamente próximo, por forma a garantir a observação direta<sup>71</sup>. E se isso é uma verdade óbvia e válida para qualquer ciência, ganha um peso determinante quando o objeto de análise é a cidade, pela sua própria natureza e complexidade, aspetos que vimos já. Com efeito, se todas as formas de reprodução e representação são essenciais, nenhuma conseguirá substituir o olhar atento e multidireccionado do observador *in loco*. Sobretudo porque a observação não é uma tarefa que se inscreva num momento único e preciso do processo investigativo. Idealmente, ela acontecerá tantas vezes quantas as necessárias para que o investigador se familiarize com o objeto, tantas quantas a análise cruzada de todas as outras fontes o exigir pois, na prática, é a partir da cidade existente que todas as demais podem ser aferidas, até porque, em última análise, ela é a única que nunca mente. E se numa primeira fase a observação “livre” pode ser importante, à medida que o estudo avança torna-se obrigatório voltar ao terreno munido de todo um conjunto de dados prévia e detalhadamente preparados. Percorrem-se os espaços lendo as descrições antigas, compara-se o que se vê com o que plantas históricas indicam, procuram-se pontos específicos com base no que as fotografias antigas e aéreas transmitem, confirmam-se dados veiculados por investigadores anteriores,

---

<sup>69</sup> Sobre os desenvolvimentos da Arqueologia medieval em Portugal, embora não muito recentes, vejam-se as sínteses de FONTES, Luís – “Arqueologia Medieval Portuguesa”. In *Arqueologia & História (Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal)*. 54 (2002). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 221-238; e de FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *Arqueologia medieval em Portugal: duas décadas de investigação. Portugalia*. Nova Série Vol. XXVI (2005). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 149-173.

<sup>70</sup> Sobre este processo veja-se TEIXEIRA, Ricardo (Coord.) – *Vila Velha – Novas memórias*. Vila Real: Câmara Municipal, 2008.

<sup>71</sup> ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1998.



mantém-se de tudo um registo permanente e detalhado, escrito e fotográfico. É nestes momentos que se confirmam ou descartam as várias hipóteses colocadas, é no terreno, pela observação direta, que se resolvem muitas vezes os problemas mais complexos, que se confirmam medidas<sup>72</sup>, que se percebe o teor e alcance das transformações ocorridas. E, para isso, é também fundamental o inquérito dirigido aos habitantes. As fontes orais são um recurso tanto mais importante quanto a cronologia em foco for mais recente. Mas, na prática, servem qualquer época, desde logo porque são os próprios habitantes que melhor dominam o terreno. São eles que podem abrir as portas e disponibilizar o acesso a espaços ou vestígios que só eles conhecem, como, por exemplo, vãos de portas e janelas, hoje interiores e disfarçados, mas outrora exteriores e, por isso, capazes de esclarecer a evolução da relação entre espaços públicos e privados cheios e vazios. Em tantos casos, são eles que autorizam o uso de uma janela para que possamos obter uma determinada vista, ou a passagem para acedermos ao interior do quarteirão. Em muitas situações são também eles que ouviram contar aos mais velhos, que se recordam de alguma obra ou evento que explica um desaparecimento, que guardam fotografias antigas.

Finalmente, ao olhar treinado e especializado do investigador importa cada vez mais associar os rudimentos de outros saberes fundamentais e complementares. Idealmente, porém, o trabalho de campo deverá ser partilhado com especialistas de áreas afins ou relacionadas, sobretudo arqueólogos, historiadores de arte, arquitetos, engenheiros, geógrafos, etc., prática naturalmente mais fácil quando a investigação decorre no âmbito de um projeto, com recurso formal a equipas interdisciplinares.

## 2. Instrumentos e práticas de análise.

No exercício de análise do espaço urbano, que resulta da intersecção de múltiplas técnicas e ciências e exige (idealmente) um quadro interdisciplinar de suporte, importa destacar o papel central do desenho. Não se trata agora da cidade desenhada, representada no decorrer do tempo e que funciona para o investigador como fonte de conhecimento, como tivemos já oportunidade de ver, mas da cidade (ou parte de) que se (re)desenha, como instrumento da própria investigação<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> Apenas a título de exemplo, repare-se como o trabalho de campo é essencial como complemento à leitura dos levantamentos cadastrais e das fotografias aéreas pois uns e outros iludem a dimensão das ruas, estreitando-as em função da largura dos beirados facto que, somadas as duas frentes do edificado, pode resultar numa distorção significativa dos valores reais.

<sup>73</sup> Tema particularmente estudado na “Escola de Coimbra” com vários textos a ele dedicados. ROSSA, Walter – “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 425-434.; ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho

Na verdade, o uso do desenho revela-se uma quase necessidade imperativa em estudos desta natureza face à dificuldade em abarcar o objeto na sua globalidade. A percepção da materialidade urbana implica o recurso a abstrações, a desenhos. E, embora este tenha constituído desde o início da história do urbanismo enquanto área disciplinar uma ferramenta essencial da análise, não pode deixar de sublinhar-se os avanços significativos resultantes dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos das últimas décadas: utilizando uma cronologia lata, pode afirmar-se que a aplicação do CAD (desenho assistido por computador), a partir da década de oitenta, e a convergente disponibilização, em finais dos anos noventa, de levantamentos aerofotogramétricos georreferenciados permite, na atualidade, níveis de rigor inéditos no tratamento da informação, anulando toda a margem de erro que, durante séculos, foi inerente ao processo de representação.

Igualmente importante é a capacidade de síntese (e densidade) do próprio desenho, aspeto que todos já ouvimos vertido na expressão “uma imagem vale mais do que mil palavras”. E se o volume de informação que um registo gráfico pode comportar é imenso, a capacidade expande-se de forma incomensurável quando, em ambiente digital, se torna possível fixar, sobre um único suporte, um número infinito de camadas ou *layers*, permitindo ler informação distinta em simultâneo ou de forma sequencial.

Na esmagadora maioria dos casos, a base desenhada usada nos estudos da forma urbana é o levantamento topográfico e cadastral, cujo potencial informativo vimos já. No âmbito que agora nos interessa, para além de toda a informação que só por si comporta, o registo cadastral assume-se como a base de trabalho mais indicada, por ser a mais completa, rigorosa e por, cada vez mais, ser facilmente acessível em formato digital.

É pois sobre ele que, no decorrer do processo investigativo, de forma simultânea e interativa, se realizam duas operações fundamentais, apenas aparentemente contraditórias: uma de montagem, outra de desmontagem.

No primeiro caso, é no desenho do cadastro que, de forma organizada, se verte ou monta toda a informação mobilizada pelo cruzamento do maior número de fontes disponíveis, do documento escrito ao gráfico (iconografia, cartografia, fotografia), dos dados veiculados pela arqueologia urbana aos recolhidos na própria cidade, no decorrer do trabalho de campo. A soma de todos eles é a

---

e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, B.; SOLÓRZANO TELECHEA J. (Eds.) – *El Espacio Urbano en la Europa Medieval, Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo*. Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207; ROSSA, Walter – “Património urbanístico: (re) fazer cidade parcela a parcela”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 97-131; e ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico...”, pp. 59-79.

reconstituição hipotética que constitui o resultado do nosso estudo, apresentado sobre o cadastro, ainda que, nesse produto final, esbatido e discreto, deixando à cidade da cronologia em foco todo o protagonismo.

O caso da desmontagem<sup>74</sup> torna-se mais claro se pedirmos emprestado às ciências ditas “duras”, o conceito de *reverse engineering* ou processo de compreender os princípios de funcionamento de um objeto ou sistema, através da análise da sua estrutura e modo de operar. Por outras palavras, inverte-se o processo de produção, desmontando um produto acabado, retrocedendo progressivamente, identificando cada componente e o seu papel, até recuperar o código original, entretanto esquecido. No estudo da cidade pode-se recuar no tempo através do desenho, retirando componentes – bairros, quarteirões, edifícios, ruas – que sabemos serem mais recentes, apagando o que acreditamos não poder ter existido naquele local concreto numa cronologia específica, em função de determinações ou posturas em vigor, redesenhando o que, por descrições ou representações, conhecemos de outra forma ou dimensão, etc. Na prática, ancorados na informação reunida nas fontes depois de devidamente criticadas, manipulamos a estrutura urbana e, através do método regressivo, invertemos o processo de estruturação urbana, recuando até ao momento que nos interessa captar.

O estudo da forma urbana de Chaves resultante do processo de (re)fundação medieval, pode servir de exemplo (**Fig. 8**). De acordo com o que seria um esquema de atuação típico, no interior da cerca, o casario organizava-se em quarteirões rectangulares alinhados ao longo da rua Direita e separados entre si por travessas. Um esquema que nos seus traços gerais se mantém até à atualidade, embora não na totalidade (**Fig. 8a**). Com efeito, o alinhamento dos quarteirões surge hoje interrompido pelo conjunto igreja/prça (**Fig. 8b**) e se aí houve em determinada altura um quarteirão ele reduz-se agora a um edifício em forma de L. Esta hipótese, ou seja, a existência de um quarteirão no lugar da praça, sem ser interceptado pela igreja, encontra suporte em dois argumentos: o primeiro, o facto de na esmagadora maioria das cidades novas portuguesas o templo se situar nas proximidades mas à margem do tecido edificado, não interagindo com o casario e não introduzindo, por essa via, qualquer tensão ou centralidade; em segundo lugar, à data da (re) fundação de Chaves, a praça seria ainda um dispositivo urbano inexistente, só se desenvolvendo a partir de meados do século XIV. Significa isto que a organização do tecido urbano atual parece contrariar o que o conhecimento sobre a matéria indica como provável. O esclarecimento da questão obriga a recorrer às duas

---

<sup>74</sup> Técnica que Carlos Coelho designa por “decomposição sistémica” do tecido urbano e que caracteriza como “o artifício de desagregar elementos verdadeiramente indecomponíveis”. COELHO, Carlos Dias (Org.) – *Os Elementos Urbanos*, vol. I. Lisboa: Argumentum, 2013 p. 32.

operações referidas, montagem e desmontagem, com base no cruzamento de fontes de natureza diversa. Vejamos a informação disponível:

1. O templo foi consideravelmente aumentado no decorrer dos séculos seguintes. A informação é veiculada pelo próprio edifício que, na sua feição atual e depois dos restauros efetuados no século XX (**Fig. 8c**), exhibe do lado esquerdo da fachada parte da frontaria românica, composta pelo portal e pela torre que o encimava (**Fig. 8d**). Os vestígios são suficientemente eloquentes para denunciar a reduzida dimensão do templo original, que ocuparia menos de metade do espaço de implantação do atual. O que permite concluir que a igreja original não seria suficientemente longa para colidir com o alinhamento global dos quarteirões (**Fig. 8e**);
2. O espaço hoje configurado em praça da República resulta da supressão de edifícios ou partes consideráveis de um quarteirão (**Fig. 8f**): no topo nascente, a demolição de um imóvel é perfeitamente visível na parede de encosto do prédio contíguo, pelas cicatrizes que deixou, e explica como uma estreita travessa se transformou numa rua com mais do dobro da largura original (**Fig. 8g**); a poente, são várias as fotografias antigas que provam ter sido esse o espaço ocupado pela primitiva Casa da Câmara (**Fig. 8h**), aumentando assim o comprimento do quarteirão que se estendia (pelo menos) até ao enfiamento da porta lateral da igreja (**Fig. 8i**). Ou seja, até 1864, ano em que o edifício foi demolido, a praça ocupava apenas metade do espaço que hoje ocupa (**Fig. 8j**). Para o preenchimento do restante espaço não temos informação suficiente, deixando assim um vazio ou descontinuidade que a nossa hipótese de configuração original do quarteirão se propõe resolver. Ou seja, parte da proposta assenta em dados seguros veiculados pelas fontes, parte decorre do conhecimento e do cotejo com outros núcleos urbanos com origem em processos similares (**Fig. 9**).

A utilização do desenho digital como ferramenta da interpretação histórica, alarga substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo evolutivo, clarificando o que existe ou ensaiando e testando soluções em casos onde as fontes tradicionais (escritas e gráficas) não permitem ir mais longe. Torna possível pôr em evidência determinados elementos considerados chave para a compreensão da forma e do seu desenvolvimento, individualizando-os, limpando o ruído envolvente, reconhecendo unidades morfológicas ou segmentos de cidade cuja homogeneidade referencia uma origem comum ou ritmos e processos de expansão. Revela, por exemplo, alterações da propriedade como a junção ou divisão de parcelas ou a sua

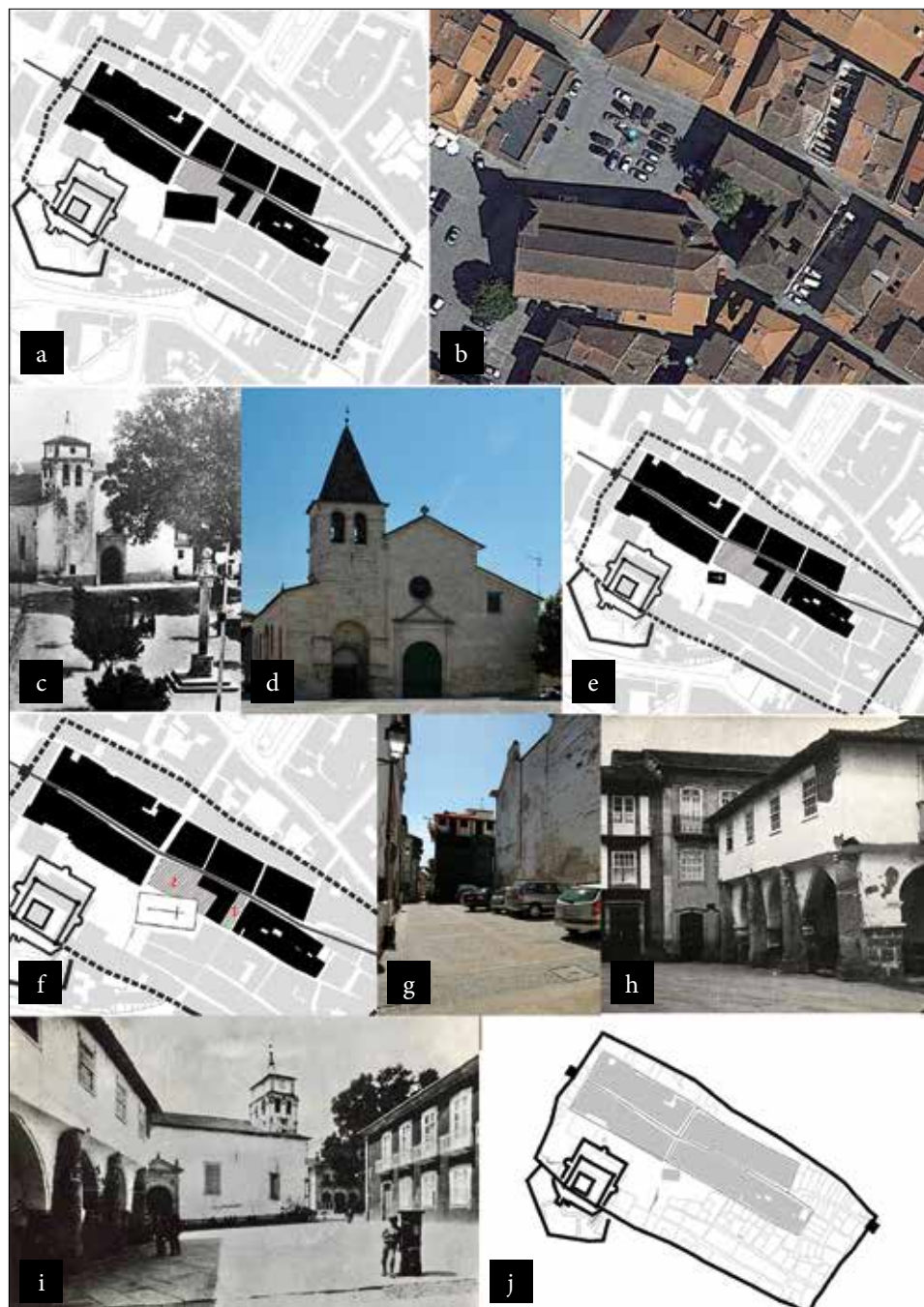
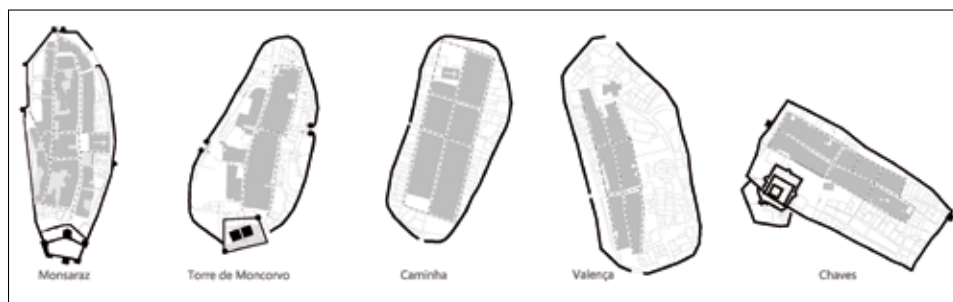


Fig. 8 – Chaves: conjunto de fotografias e desenhos ilustrando o processo de "desmontagem" do processo de evolução urbana.



**Fig. 9** – Reconstituição hipotética de vários núcleos de fundação nova medieval (TRINDADE, Luísa – Urbanismo na composição de Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013).

expansão sobre o espaço público, ao mesmo tempo que evidencia marcas deixadas por acidentes naturais como as linhas de água ou artificiais, caso das muralhas, que o tempo dissipou. Por outro lado, quando a partir do registo cadastral se consegue identificar o uso de sistemas compositivos proporcionais é possível, a partir da planta, repor alçados e volumes; e quando a esta volumetria se conseguem associar ritmos de fenestração, de intensidade ou repetibilidade de determinados elementos arquitectónicos “montam-se” troços de cidade, potenciando o estabelecimento de paralelos, a identificação de rotinas e métodos, tipos e séries. O desenho em ambiente digital permite sobrepor e ajustar plantas de épocas distintas, levantadas por meios diferentes e de diferente rigor, através da deformação controlada, resolvendo as tão frequentes discrepâncias<sup>75</sup>, tal como permite, a partir da realização de modelos virtuais, uma visão tridimensional, dinâmica e abordável em qualquer escala e

<sup>75</sup> O processo implica digitalizar a carta histórica e georeferenciá-la. Para isso é necessário conhecer a angulação utilizada, o que é tanto mais difícil quanto antiga for a cartografia em uso. Quando os dados são desconhecidos, a alternativa é identificar pontos de controle (*Ground Control Points – GCPs*), ou seja, um conjunto de pontos comuns à carta antiga e à cartografia atual (também chamados pontos homólogos). Estes, no maior número possível e uniformemente distribuídos por toda a carta, têm de ser necessariamente estáveis no tempo longo, caso de um edifício antigo (para maior exatidão os pontos a recolher deverão ser as esquinas), um acidente natural, etc. A partir destes pontos (pelo menos 4, sendo os outros usados para aferir o rigor da operação) sobrepõe-se o mapa antigo ao atual, através de um processo de distorção (*rubber-sheeting*). Quanto à base atual usada – uma fotografia de satélite – no âmbito da análise formal corrente, a utilização do Google Earth revela-se bastante prática pois, apesar do erro que comporta, permite, em acesso livre, uma grande aproximação à escala do bairro, quarteirão ou parcela. Para estudos rigorosos todavia, é necessário usar cartografia vectorial oficial, como a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Em termos de *software* de georeferenciação, os programas *QGIS Georeferencer plugin*, *ArcGIS, AutoCAD Map 3D* e *QGIS Georeferencer* são alguns dos mais utilizados. Sobre esta questão veja-se DÁVILA MARTÍNEZ, Francisco J.; CAMACHO ARRANZ, Elena – Georeferenciación de documentos cartográficos para la gestión de Archivos y Cartotecas. Propuesta Metodológica”. *Revista catalana de geografia*. Institut Cartogràfic de Catalunya. IV época, vol. XVII: 46 (2012) pp. 1-9. [Consultado 05.07.2018]. Disponível em [www.ign.es/web/recursos/docs/IGNCnig/CTC-Ibercarto-V-Georeferenciacion.pdf](http://www.ign.es/web/recursos/docs/IGNCnig/CTC-Ibercarto-V-Georeferenciacion.pdf); RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith – “Historical Maps in GIS”. In KNOWLES, Anne Kelly (Ed.) – *Past Time, Past Place: GIS for History*. Esri Press, 2002, pp. 2-17. Igualmente interessante para o potencial da sobreposição de mapas no âmbito da investigação em História do urbanismo é a consulta do conjunto de projetos desenvolvidos por Keith Lilley (School of Geography, Queen’s University Belfast). Disponível em: [https://pure.qub.ac.uk/portal/en/persons/keith-lilley\(e8bce27f-fb88-4bdd-b90f-6d95ad3c1a08\).html](https://pure.qub.ac.uk/portal/en/persons/keith-lilley(e8bce27f-fb88-4bdd-b90f-6d95ad3c1a08).html) [consultado 09.06.2018].

desde qualquer ponto de vista do objeto de estudo, aspeto cada vez mais valorizado na transmissão do conhecimento produzido, tornando muito mais operativo o conhecimento histórico e facilitando o diálogo. E aqui importa referir duas áreas receptoras distintas mas igualmente importantes: as equipas constituídas por técnicos de áreas disciplinares várias (engenheiros, urbanistas arquitetos, topógrafos) que em conjunto com políticos e empreendedores atuam “no terreno”, definindo políticas e estratégias bem como gerindo ações de qualificação e reabilitação urbanas ou de salvaguarda e valorização do património urbanístico; o público alargado que visita núcleos museológicos ou centros de interpretação dedicados a ambientes urbanos desaparecidos ou transformados. É hoje impensável que este tipo de instituições culturais não recorra à sofisticação das novas tecnologias, em resposta às exigências de uma divulgação acessível, interativa e apelativa.

Os resultados da investigação, ao serem também eles expressos em desenho (nas suas diferentes dimensões), permitem criar novas imagens onde as lacunas possam idealmente ser substituídas por continuidades, embora, naturalmente, o resultado seja sempre uma reconstituição hipotética, algo que nem sempre surge inequivocamente enunciado na respetiva legenda. Neste âmbito aliás, considera-se fundamental ilustrar, senão todas, pelo menos as mais importantes etapas que levaram a um determinado resultado, demonstrando o raciocínio seguido (**Fig. 10**). O que pressupõe um enorme rigor na identificação das diferentes categorias dos elementos usados, pois enquanto os *dados* decorrem das fontes e são, em tese, fixos, as hipóteses resultam de um processo interpretativo estando, por isso, sujeitas a alteração ou rejeição. Só esse processo detalhado e sequencial permite que o leitor possa aferir o rigor da análise e interpretação. Só ele autoriza a sua utilização posterior por outros investigadores e, por essa via, o prosseguimento do processo científico.

Em termos práticos opera-se quer através do tratamento da imagem, quer do desenho vectorial. No primeiro caso, o mais elementar, é possível a partir de um conjunto de operações simples como o ajuste do brilho, contraste ou saturação de cor (através do *photoshop*, por exemplo), ou de forma mais complexa pela sobreposição de imagens ou desenho, realçar distinguir e assim reconhecer alguns dos múltiplos dados representados. No segundo caso, o desenho assistido por computador (CAD) proporciona a reconstituição do objecto de estudo em 2 e 3 dimensões, a realidade aumentada<sup>76</sup> ou a realidade virtual com animação<sup>77</sup>.

<sup>76</sup> A *realidade aumentada* é uma ferramenta fundamental da investigação: simplificando, trata-se da construção de um ambiente onde o mundo real é combinado com imagens virtuais geradas por computador ou simplesmente desenhadas sobre ele. A realidade é modificada ou mediada por forma a aumentar a percepção do observador sobre um determinado aspeto.

<sup>77</sup> Veja-se como exemplo Recriação Virtual da Alta de Coimbra pré-1942 [Consultado 31.05.2018]. Disponível em [www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk](http://www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk).

Particularmente importante é que todo este processo de investigação seja constituído num sistema de informação geográfica (SIG), ou seja, que toda a informação disponível e entre ela a produzida ou desenhada, tenha coordenadas geográficas de referência. De forma simples, trata-se de um sistema que relaciona a informação armazenada em bases de dados de naturezas diferentes (textos escritos, fotografia, cartografia, iconografia, desenhos, vídeos, registos de som, etc.) segundo a sua referência geográfica disponibilizando essa informação nos mais variados suportes designadamente representações geográficas georeferenciadas (como por exemplo o *google earth*, o *maps*, ortofotomapas, etc)<sup>78</sup>. É essa a melhor forma de processar e gerir de forma integrada num único suporte e num número infinito de *layers* toda a informação de que dispomos sobre a evolução do território em estudo. E aqui retomamos um tema já abordado: não no sentido tradicional de palimpsesto, em que a escrita de uma nova camada determina a eliminação aparente da anterior, mas num conceito próximo da hipertextualidade em que, a um mesmo tempo, surgem interconectadas informações de natureza, origem e época diferente. Repare-se que a informação não surge apenas lado a lado mas cruzada entre si. Em síntese, gerar sinergias entre os diferentes materiais e dados, conseguindo-se, no final, que o todo seja bem mais do que a soma das partes.

---

<sup>78</sup> ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português... Vários exemplos do uso do desenho como instrumento da investigação podem ser vistos MATTOSO, José (Dir.) – Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo. 4 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Baçaim [Consultado 13.06.2015]. Disponível em [www.hpip.org/Default/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=567](http://www.hpip.org/Default/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=567)



## BIBLIOGRAFIA

- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantábria, 2002.
- ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas*. Manuel da Silva Castelo Branco (Intr. de). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ Edições Inapa, 1997.
- ATLAS da Carta Topográfica de Lisboa: sob a direção de Filipe Folque (1856-1858). Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 2000.
- BALLON, Hilary; FRIEDMAN, David – “Portraying the City in Early Modern Europe: Measurement, Representation, and Planning”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Vol. 3 (Part 1). Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- BARROCA, Mário Jorge – “O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas. Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (Coords.) – *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM, 2017, pp. 183-206.
- BETRAN ABADÍA, Ramón – “Las huellas del tiempo: parcelario, tipo y propiedad”. In *Aragón en la Edad Media. Paisajes rurales y paisajes urbanos: Métodos de análisis en Historia Medieval. III Seminario de Historia Medieval*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1994, pp. 123-156.
- BUENO, Beatriz Siqueira – *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EdUSP e FAPESP, 2011.
- CABEÇAS, Mário – *Festas, Urbanismo e Arquitectura: A Praça Nova de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Trabalho realizado no âmbito do Seminário Estudos de Urbanismo do Curso de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro.
- CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. Disponível em <http://purl.pt/13938> [consultado 11.08.2018].

- CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CASTIGLIONE, Baldassare – *O Cortesão* (Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada e Rev. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CASTRO, D. João de – *Obras Completas* (Edição crítica Armando Cortesão e Luís de Albuquerque). 4 Vols. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982.
- CID, Pedro – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar no tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Historia da Arte da FCSH-UNL, 2007.
- COELHO, Carlos Dias (Org.) – *Os Elementos Urbanos*, vol. I. Lisboa: Argumentum, 2013.
- CORREA, Gaspar – *Lendas da Índia*. (Dir. Rodrigo José de Lima Felner). Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858-1863.
- DAVEAU, Suzanne; GALEGO, Júlia – “Difusão e ensino da cartografia em Portugal”. In DIAS, Maria Helena (Coords.) – *Os Mapas em Portugal da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- DÁVILA MARTÍNEZ, Francisco J.; CAMACHO ARRANZ, Elena – Georreferenciación de documentos cartográficos para la gestión de Archivos y Cartotecas. Propuesta Metodológica”. *Revista catalana de geografia*. Institut Cartogràfic de Catalunya. IV época, vol. XVII: 46 (2012) pp. 1-9.
- ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Presença, 1998.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – Arqueologia medieval em Portugal: duas décadas de investigação. *Portugália*. Nova Série Vol. XXVI (2005). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 149-173.
- FERNANDES, Mário Gonçalves – “As plantas “De Guimarães” e “De Vila do Conde”, da Biblioteca Nacional do Brasil”. *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica. Passado & Presente para o futuro*. Novembro de 2009, Ouro Preto pp. 1-9. Disponível em: [http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes\\_as-plantas-de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde-](http://livrozilla.com/doc/1061156/fernandes_as-plantas-de-guimar%C3%A3es--e--de-vila-do-conde-) [consultado 01.06.18].

- FLORES, J. Manuel – *Os olhos do rei. Desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624,1638)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- FONSECA, Jorge – “Lisboa de D. Manuel I no relato de Jan Taccoen”. In FONSECA, Jorge (Coord.) – *Lisboa em 1514: O Relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Edições Húmus, 2015, pp. 91-113.
- FONTES, Luís – “Arqueologia Medieval Portuguesa”. In *Arqueologia & História. (Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal)*. 54 (2002). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 221-238.
- GARCIA, J. Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia. Séculos XVI e XVII*. Autor e Quidnovi. 2009.
- GARCIA, J. Manuel (Coord.) – *Lisboa do século XVII: A mais deliciosa terra do mundo. Imagens e textos nos quatrocentos anos do Padre António Vieira*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008.
- GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa, 1566-1567. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://purl.pt/14704/3/> [consultado 01.06.18].
- HALE, John – “Warfare and Cartography, ca. 1450 to ca. 1640”. In WOODWARD, David (Ed.) – *Cartography in the European Renaissance. The History of Cartography*. Volume 3 (Part 1). University of Chicago Press, 2007, pp. 719-737.
- HARLEY, J. Brian – “Maps, knowledge and power”. In HARLEY, J. Brian (author); LAXTON, Paul (Ed.); ANDREWS, J.H. (Introd.) – *The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2001, pp. 52-81.
- HOLANDA, Francisco de – *Da Pintura Antiga*. (Ed. Ángel González Garcia). Lisboa: IN-CM, 1984.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, K.J.P. (Eds.) – *The Global City. On the streets of the Renaissance Lisbon*. London: Paul Hoberton, 2015.

- KAGAN, Richard – *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. Yale University Press, 2000.
- LAVEDAN, Pierre – *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*. Paris: Hemi Laurens, 1926.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario geográfico, estatístico, chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades*. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. Disponível em [https://archive.org/details/gri\\_33125005925710](https://archive.org/details/gri_33125005925710) [consultado 11.08.2018].
- MACHIAVELLI, Niccoló – *A arte da guerra*. David Martelo (trad. estudo, intr. e notas). Lisboa: Sílabo, 2005.
- MAGALOTTI Lorenzo – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal – 1668-1669*. (Edição e notas Angel Sánchez Rivero, Angela Mariutti de Sánchez Rivero). Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1933.
- MALPICA CUELLO, Antonio – “Sirve la arqueología urbana para el conocimiento histórico? El ejemplo de Granada”. In CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Ed.) – *Ciudad y territorio en Al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, 2000, pp. 21-59.
- MANTAS, Vasco – “Teledeteccção, cidade e território: Pax Iulia”. *Arquivo de Beja*. 3ª Série. I (1996), pp. 5-30.
- MARQUES, António Manuel Guerreiro; REDWEIK, Paula – “Recuperação radio-geométrica e catalogação digital de coberturas aéreas antigas da zona de Lisboa”. *Boletim do IGeoE* n.º 72, (Novembro 2010), pp. 6-15.
- MATOS, Gastão de Mello de – *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1941.
- MATTOSO, José (Dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo*. 4 Vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- MONTILLA TORRES, Irene – “Criterios para un modelo de intervención arqueológica en ciudades historicas”. In MALPICA CUELLO, Antonio (Dir.) – *Ciudad y arqueologia medieval*. Salobreña: Editorial Alhulia, 2007, pp. 47-63.

- PARKER, Geoffrey – “Maps and ministers: the Spanish Habsburgs”. In BUISSERET, David (Ed.) – *Monarchs, ministers and maps. The emergence of cartography as a toll of government in Early Modern Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, pp. 124-152.
- PASSINI, Jean – “El medio urbano como informador arqueológico medieval”. In *III Semana de Estudios Medievales*. Logroño: Gobierno de la Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1993, pp. 89-102.
- PEREIRA, Paulo – *A Fábrica Medieval. Conceção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550)*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de doutoramento.
- PINTO, Sandra – *Análise formal: recursos, princípios, métodos. Subsídios metodológicos para o conhecimento da cidade portuguesa*. Coimbra: Darq. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de mestrado.
- POETE, Marcel – *Introduction à l'Urbanisme. L'évolution des villes. La leçon de l'Antiquité*. Paris, 1929.
- PROENÇA, Raul (Ed.) – *Guia de Portugal*. Lisboa. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 1924-1969.
- Recriação Virtual da Alta de Coimbra pré-1942*. [Consultado 31.05.2018]. Disponível em [www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk](http://www.youtube.com/watch?v=wPCwEnjLdk)
- ROQUE, Dora; REDWEIK, Paula – “Recuperação da cobertura aérea nacional RAF47”. *Boletim do IGeoE*. 72 (Novembro 2010), pp. 16-21.
- ROSSA, Walter – “História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade”. *História* 27 (2000), pp. 40-47.
- ROSSA, Walter – “História(s) do património urbanístico”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *Fomos condenados à Cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 59-79.
- ROSSA, Walter – “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”. In ROSSA, Walter (Ed.) –

*A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 425-434.

ROSSA, Walter – “O Urbanismo regulado”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 361-390.

ROSSA, Walter – “Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela”. In ROSSA, Walter (Ed.) – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 97-131.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, B.; SOLÓRZANO TELECHEA J. (Eds.) – *El Espacio Urbano en la Europa Medieval, Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo*. Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2006, pp. 191-207.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa – “Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”. *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Nº 1 (2005). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 70-109.

RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith – “Historical Maps in GIS”. In KNOWLES, Anne Kelly (Ed.) – *Past Time, Past Place: GIS for History*. Esri Press, 2002, pp. 2-17.

SÁNCHEZ RUBIO et al. (Eds.) – *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. Mérida: Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

SAUER, Carl – “The education of a Geographer”. *Annals of the Association of American Geographer* vol. XLVI nº 3 (September 1956). Taylor & Francis, Ltd., pp. 287-299.

SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SEVILLA, San Isidoro de – *Etimologías* (Versão espanhola e notas J. Oroz Reta, M. A. Marcos Casquero). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

TEIXEIRA, Ricardo (Coord.) – *Vila Velha – Novas memórias*. Vila Real: Câmara Municipal, 2008.

TRINDADE, Luísa – “Desenho: discurso e instrumento”. In ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (Coord.) – *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra, Lisboa, Niterói: Imprensa da Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015, pp. 401-452.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

TUCÍDIDES – *História da Guerra do Peloponeso* (Prefácio Helio Jaguaribe; Tradução Mário da Gama Kury). Brasília e São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VITERBO, F. Sousa – *Diccionario historico e documental dos architectos, Engenheiros e constructores portuguezes*. Lisboa: INCM, 1922.

Reúnem-se nesta publicação 28 artigos produzidos por 34 investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França e Alemanha que cobrem uma ampla cronologia que se estende entre a Antiguidade tardia o dealbar do século XVI, compreendendo não só distintos espaços políticos cristãos mas também os de presença islâmica como o Al-Andalus e o reino nazari de Granada. Tal permite perspetivas diacrónicas e, a possibilidade de estabelecer frutuosas comparações.

O âmbito da temática proposta para a segunda edição das Jornadas, a articulação entre os poderes presentes na cidade medieval e a sua relação com o espaço urbano como local de atuação e representação, foi extremamente propícia à interdisciplinaridade, manifestando-se em profícuos debates entre historiadores, arqueólogos, especialistas de arquivística, paleografia e heráldica e ainda historiadores de arte. Dai que as fontes de informação que sustentam os trabalhos que aqui se publicam sejam muito diversificadas – documentos escritos, heráldica, vestígios materiais, iconografia, iconologia, cartografia, entre outros – contribuindo não apenas para a riqueza das abordagens realizadas mas também proporcionando ao leitor a possibilidade de conhecer abundante material ilustrativo pouco conhecido ou, até mesmo, inédito.

**Editores, Apresentação.**

Apoio:

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

